



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/2/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva



finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 14 de fevereiro de 2017, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao escritor e pintor Oscar Araripe.

Palácio da Inconfidência, 13 de fevereiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 7/2/2017**

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos visita nas galerias, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Sr. Presidente, nós, do bloco de oposição, do Bloco Verdade e Coerência, desde o recesso parlamentar, especialmente o início de janeiro, temos sido acionados constantemente pelos trabalhadores da educação. E o desespero tomou conta dos trabalhadores da educação em Minas Gerais pela gestão do governo Fernando Pimentel. Ou melhor, pela desastrosa gestão de sua secretária de Educação e do governador do Estado, Fernando Pimentel, do PT. As reclamações estão partindo, deputado João Leite, deputado Gustavo Valadares, deputado Carlos Pimenta, deputado Bonifácio Mourão, de todas as partes do Estado. Seja de professores efetivos, concursados; seja dos designados, que mais uma vez vêm sofrendo muito com a gestão petista de Fernando Pimentel.

Fiz alguns apontamentos para trazer aqui as reclamações dos nossos professores e professoras sobre esse processo *on-line* que eles tentaram insistentemente, de forma errada, de forma atabalhoada, colocar para que os professores fossem designados para algumas atividades.

São inúmeras reclamações. Desde o início do procedimento, o sistema apresenta erros inconsistentes. De 24 de janeiro a 3 de fevereiro, o sistema estava com a informação de que aguardava manutenção. Em contato com professoras, informaram que não tiveram férias, uma vez que ficaram vigiando o sistema para a designação *on-line*, que a todo momento apresentava erros e falhas. As professoras iniciaram este ano praticamente sem férias, já que ficaram, durante todo o recesso, lidando com a designação *on-line*, vigiando para garantir participação, sem sossego e segurança.

As listas de inscrições inicialmente publicadas estavam com erros e dados incorretos. Erros grosseiros. Posteriormente, deixaram de ser publicadas, e os candidatos não sabem se está tudo correto, se estão concorrendo às vagas, ou seja, estão sem possibilidade de acompanhar o trâmite. Os candidatos às vagas de serviços gerais não conseguiram fazer inscrição *on-line*. Como solução, fizeram presencial. Há divergências em relação ao número de vagas disponíveis no sistema *on-line* e no presencial – neste último há mais vagas. Alegam que há diretores escondendo vagas.

Prejuízo para o início das aulas. Não houve capacitação dos professores antes do início das aulas, como na época do governo anterior. Críticas à secretária de Educação. Segundo professores e professoras, ela não possui competência, não resolve as falhas apontadas.

Professores que eram da Lei nº 100 alegam que não estão sendo designados, tendo em vista a ordem de prioridade prevista no art. 34 da Resolução nº 3.205, de 2016. Antecipando esse problema, foi apresentada emenda pelo Bloco Verdade e Coerência, durante a tramitação do Projeto de Lei nº 3.230/2016 e do Projeto de Lei Complementar nº 50/2016, assegurando preferência para os professores desligados em razão da decisão de inconstitucionalidade. A emenda foi rejeitada pela base do governador Fernando Pimentel. Quanto à ordem de prioridade, a Resolução nº 3.205, de 2016, menciona candidato concursado para o município ou SRE e ainda não nomeado, mas a Secretaria de Educação, inovando, estaria impondo aos candidatos a aprovação para o mesmo cargo que pretendem concorrer para designação.

O Bloco Verdade e Coerência tem orientado para impetrarem mandado de segurança, seja coletivo ou individual. Mas, infelizmente, deputado João Leite, aquele sindicato que dizia defender os trabalhadores da educação – infelizmente, a promiscuidade se misturou com o PT – não vem fazendo a defesa. O Sind-UTE, cuja presidente, que ora se revela do PT, ora se coloca como presidente do sindicado, não tem dado a mínima. Aí, deputado Léo Portela, tanto os servidores da educação concursados quanto os designados da educação estão passando o maior tormento em sua vida nesse início de ano, porque, infelizmente, há diretores privilegiando pessoas na inscrição presencial. Fizeram uma bagunça, fizeram um trabalho completamente atabalhado, o que foi um enorme desrespeito aos servidores da educação.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Isso é bem verdade. Quem diria que viveríamos este momento em Minas Gerais? Quem diria? Temos R\$1.000.000.000,00 de corte nos investimentos. Destes, R\$138.000.000,00 foram o corte que o Pimentel fez na educação. Ocupem as escolas! Ocupem, resistam! Não deixem que isso aconteça. Não estou ouvindo, aqui, nenhum deputado da esquerda pedindo para que as escolas de Minas Gerais sejam ocupadas. É muita maldade. É maldade que não tem fim neste governo. Nunca vi, na história de Minas Gerais, um processo de designações tão cruel. Vejam bem, não basta a incompetência desse sistema *on-line*, que é falho.

Não bastasse isso, também brincam com o sentimento e a esperança das professoras e dos professores de Minas Gerais, porque, há dois dias, a Secretaria de Estado de Educação deixou vir a público a informação de que as designações seriam presenciais. Foi motivo de festa, foi motivo de comemoração, foi um peso retirado das costas dos professores de Minas Gerais. Mas veja bem, deputado Sargento Rodrigues, duas horas depois voltaram atrás dizendo: “Não, não é possível, a Advocacia do Estado desaconselhou essa possibilidade”. Então temos realmente de manter o processo maldoso, cruel de designações *on-line*. Maldoso e cruel porque coloca como aprovados nomes de ruas, *e-mails*. Que absurdo! Vagas somem, vagas desaparecem. Ninguém sabe o que está acontecendo. É muita maldade. Pimentel, pare com essa maldade, pare de cortar os investimentos da educação.

Fui lá falar com a secretária, deputado Sargento Rodrigues, mas os serviços do PT não a deixaram me atender. Fui barrado, a voz de 55 mil mineiros foi barrada na porta da secretaria, foi tratada como bandido, porque os serviços do PT gostam é da maldade, gostam de cortar verbas da educação. Agora mandam ocupar as escolas. Quero ver as escolas de Minas serem ocupadas por aqueles que pediram as ocupações das escolas em defesa da educação no ano passado. O PT é assim: discurso para inglês ver.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, deputado Léo Portela. Apenas corrigindo, deputado, quando falou em esquerda: esquerda de quê? Queremos que os deputados da base do governo cobrem do governo a lambança que está fazendo, a covardia – e aqui confirmo as suas palavras –, a crueldade que está fazendo com os trabalhadores da educação. E o pior: ao arripio da lei, porque a administração pública deve obedecer aos princípios norteadores do *caput* do art. 37. Mas acho que a administração petista não é dada muito a esse rigor na administração pública no sentido de cumprir a lei, de respeitar a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Pelo contrário, eles gostam de fazer ajustamentos, de abrigar a companheirada, de abrigar aqueles que participaram do partido e que ajudaram na campanha. O resto é o resto.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, estava aqui em pé esperando V. Exa. conceder-me um aparte e vendo o nosso colega André Quintão também a postos para que V. Exa. também lhe conceda a palavra. Há

poucos dias, o deputado André Quintão foi nomeado líder do PT aqui na Assembleia Legislativa. É uma pessoa com quem tenho uma ótima relação. Apesar de termos opiniões distintas sobre os mais diversos assuntos, temos uma ótima relação.

Vou dizer-lhe com toda a franqueza: admiro a coragem do deputado André Quintão de se colocar como líder do PT nesta Assembleia, nessa altura do campeonato. É um homem de extrema coragem, porque nessa altura do campeonato não há mais como se justificar. Não bastasse o atraso de salários, o parcelamento dos salários, não bastasse o 13º salário, que ainda não foi pago integralmente a uma grande parcela de servidores do Estado, não bastasse a falta de investimento nas mais diversas áreas, não bastasse o inchaço da máquina pública, o crescimento de 17 para 23 secretarias, feito através de duas reformas administrativas encaminhadas pelo governador Pimentel à Assembleia, agora o deputado André Quintão, escolhido como líder do PT, vai ter que justificar a confusão, a bagunça, a baderna que foi instaurada com esse processo de designação de servidores da educação desde o início do ano, que motivou, inclusive, o atraso no início das aulas em centenas, para não dizer milhares, de escolas estaduais espalhadas pelo Estado.

Os servidores têm-nos procurado. Procuraram o deputado João Leite, procuram V. Exa. e têm me procurado. Eles procuraram os deputados Léo Portela e Carlos Pimenta. Isso é a procura, e nosso retorno, deputado João Leite, trouxe, inclusive, um certo ciúme por parte de um sindicato que se intitula o dono, o único que tem condição, ou melhor, exclusividade para tratar dos assuntos relacionados ao professorado de Minas Gerais. A presidente do Sind-UTE, até pouco tempo, estava calada, muda. Ela não deu uma palavra sequer contrária ao parcelamento de salário de servidores de seu sindicato, ao atraso do 13º salário. Ela agora veio de maneira efetiva e ativa para as mídias sociais, em especial para o Facebook, para dizer que está trabalhando contra esse absurdo, essa confusão das designações. Vejam a que ponto chegamos: ao ponto de a presidente do Sind-UTE e da CUT ficarem enciumadas porque nós, deputados da oposição, fomos os que primeiro levantaram a bandeira do absurdo que está sendo cometido pela secretária da Educação deste estado, do governo do PT, contra os servidores. Ela chegou ao ponto de sentir ciúmes.

Vamos continuar cobrando. E outra: a presidente da CUT, todas as vezes em que vai à internet, tenta nos desconstruir, desconstruir a união que nós, deputados da oposição, fizemos com os servidores do Estado, dizendo: “Olha, esses são aqueles que, no passado, foram contra os interesses de vocês”. Nunca fomos contra os interesses deles. Nunca! Mas ela quer nos desconstruir para ser a única, a salvadora da pátria com exclusividade.

Peço desculpas ao deputado Sargento, porque eu queria falar por mais tempo, mas ele vai ter apenas mais 1min15seg. E eu gostaria de lhe fazer um apelo: que conceda aparte a esse nobre e corajoso parlamentar, que se colocou como líder do PT nesta Casa, para tentar justificar o injustificável. Obrigado a V. Exa.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço a V. Exa., e, pensando da mesma forma, indago ao deputado André Quintão se ele deixa eu fazer uso da palavra para concluir ou se ele insiste, porque, já que o Cristiano está logo depois, talvez seja melhor ele fazer um aparte ao colega de partido dele.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Primeiramente, deputado Sargento Rodrigues, gostaria de agradecer o elogio do deputado Valadares. A coragem é uma virtude em qualquer circunstância, desde que tenhamos convicção. Sou filiado ao PT desde 1985, e, para mim, é uma honra, e não um ônus, liderar essa competente bancada, mas, em função do tempo e da complexidade, eu também estou inscrito e acho que vai ser a oportunidade de travarmos um debate, o papel da oposição e situação. O papel da oposição, inclusive, é este: identificar falhas e apresentar sugestões. Acho que a maior preocupação nossa, neste momento, é não prejudicar os professores, muito menos os alunos, e, fundamentalmente, viver um dia no Estado com professores concursados, como foi até agora. Só o governo Pimentel fez 40 mil nomeações de professores concursados.

O deputado Sargento Rodrigues – Eu gostaria de falar de outro tema, mas vou aproveitar que o deputado Léo Portela também ocupará a tribuna para lhe pedir um aparte em face dos apartes que concedi aqui.



Quero dizer, deputados Valadares, João Leite e demais colegas, que a secretária da Educação e este governador têm sido cruéis com os trabalhadores da educação. Essa é a única verdade neste momento. Estamos aqui, sim, deputado André Quintão, vigilantes, atentos e cumprindo nosso dever de exercer controle, fiscalizar e denunciar as barbáries que este governo vem fazendo com os profissionais da educação.

Obrigado a V. Exa.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento todos os colegas e a Mesa. Desejo a todos um bom retorno aos trabalhos nesta segunda metade da legislatura. Que possamos nos inspirar nas grandes ideias, nos grandes homens públicos que passaram por Minas Gerais e, acima de tudo, que tenhamos capacidade para encontrar solução para os problemas. É importante estabelecer responsabilidade e delimitar fatos, mas principalmente ter capacidade para apontar soluções.

Quero utilizar um pouco a mesma linha de raciocínio do nosso líder André Quintão em relação à educação. Os professores sabem que não houve sucateamento maior da educação em Minas do que nesses últimos anos de governo de um dos partidos que compõem o bloco de oposição. Temos de lembrar que o piso nacional nunca foi pago. Na verdade, quando o sindicato ia até a Cidade Administrativa para tentar falar com os secretários de Educação e de Planejamento, não eram recebidos por eles. Era a polícia que fazia a recepção dos professores. Já no início do governo Pimentel o diálogo foi aberto com os professores. Por votação unânime, nós comemoramos o acordo feito aqui nesta Casa e que será efetivado definitivamente em 2018 com a incorporação de todos os abonos, garantindo assim o piso nacional do magistério e qualquer correção que ocorra em âmbito nacional. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é a precarização do trabalho. Nós assumimos o governo de Minas com 2/3 do quadro do magistério composto por professores designados e contratados. Isso porque não houve a convocação dos concursados nos últimos anos. Um dos problemas que estamos vivendo quanto à designação é o quadro defasado de efetivos. O governador Pimentel está indo além do acordo que foi celebrado com o sindicato. Deputado André Quintão, V. Exa. era secretário nessa época. Lembro-me de que um ponto do acordo foi convocar pelo menos 15 mil professores por ano. Somente em 2016 foi chamado praticamente o dobro ou pouco mais do que isso. A lógica agora é mudar a realidade do quadro de 2/3 de contratados e designados para a grande maioria de concursados até o final do governo. Esse é o esforço que vem sendo feito pelo governo. Uma vez tendo os professores concursados não vamos discutir a polêmica da designação. Na verdade, essa não é uma questão tão polêmica! O que o governo propôs nesse modelo de designação não traz nenhuma alteração nos critérios que já existiam, e sim uma inovação das tecnologias disponíveis para que o processo seja mais transparente, mais ágil e se torne mais público. É evidente que toda nova ferramenta, todo novo modelo é passível de correção. Primeiramente, tem de ser implementado. Aí você analisa se há falhas e faz as devidas correções. Eu percebo que há alguns problemas residuais nesse processo que não estão na essência do programa das designações de hoje.

Estou falando um pouco da situação que o governador Pimentel encontrou na educação no aspecto pessoal, de professores. Não podemos nos esquecer da herança com a chamada Lei nº 100, que deixou um passivo imenso para o governador. Foi uma medida inconstitucional e assim decidida pelo Supremo. Ainda assim, o governo fez vários esforços para diminuir os impactos dessa legislação, garantindo plano de saúde, vínculo daqueles que estavam afastados por doença. Grande número de trabalhadores dos concursos de 2011 e 2014 foi chamado e ainda há convocações em curso. Sinceramente, pegar problemas pontuais que possam ocorrer no processo de designação por causa do nosso sistema e tratá-lo como toda política que o governador Pimentel tem adotado em relação à educação nos últimos dois anos é uma grande bobagem. Só quem não está acompanhando e não tem memória pode pensar assim. Os professores têm muita clareza do que foi feito.

Ainda, continuando, estamos num esforço muito grande com o objetivo de diminuir outro problema, que é o das condições físicas das escolas. Estamos falando de mais de 60% das escolas, sem quadra poliesportiva; de mais de 40% sem biblioteca; desse



mesmo número percentual sem refeitórios. Há, ainda, escolas com banheiro sucateado, telhados caindo e infiltração de água. Enfim, as escolas de Minas Gerais estão extremamente sucateadas.

O governo atual herdou uma dívida enorme, de mais de R\$7.200.000.000,00 de déficit, desmentindo, desfazendo – e vou continuar repetindo isso – o chamado choque de gestão e déficit zero. Por falar nisso, é muito fácil ter déficit zero quando não se investe em educação. É por isso, talvez, que as escolas tenham ficado assim. É fácil falar em déficit zero quando não se paga o piso para os professores, não se valoriza a carreira e não se nomeia os concursados. É muito simples. O choque é social, porque a sociedade acaba não tendo o retorno da qualidade do serviço público, que é o que estamos buscando, mesmo com o governo quebrado, mesmo com uma crise imensa e diante de todas essas dificuldades.

Então, sabemos o que foi a educação em Minas Gerais nos últimos anos, bem como temos consciência do que foi o esforço do governador nesses dois anos de mandato. Tivemos dois mandatos de Aécio Neves, mais um de Anastasia, enfim, 12, 13 anos em comparação com 2 anos de governo de Fernando Pimentel. Ainda que alguém diga que a comparação não é justa, porque deveria haver o mesmo período para se fazer uma comparação de resultados, com dois anos já temos a coragem; foi cobrado do Deputado André vir à tribuna e fazer a defesa do programa e da política educacional em Minas Gerais.

Ainda falando em sistema, e acho que aqui respondo um pouco o que foi exposto, gostaria de cumprimentar e agradecer ao governador Fernando Pimentel por ter sancionado o projeto de lei de nossa autoria. Foi aprovado por unanimidade. Agradeço a todos os colegas parlamentares a votação. O projeto trata do acompanhamento da vida escolar no formato digital, *on-line*. O nosso projeto de lei dialoga com um programa da Prodemge. Tivemos hoje uma reunião com o Paulo Moura, presidente daquela instituição, para conversar sobre a aplicação dessa nossa lei. O que teremos? O chamado diário escolar eletrônico. Nesse diário, queremos garantir que haja espaço para o professor fazer o lançamento e o acompanhamento das informações. Além disso, teremos o espaço, dentro do *website*, para os pais fazerem o acompanhamento do desenvolvimento escolar, da frequência dos alunos e também um espaço para o próprio aluno ter esse acompanhamento. A tecnologia estará disponível para computadores e também para os *tablets* e *smartphones*. Não estamos propondo, evidentemente, nada que substitua a presença dos pais nas escolas, pois acho que o melhor modelo é acompanhar a vida estudantil do filho presencialmente, mas vamos ter mais uma ferramenta que se soma nesse monitoramento.

A Prodemge já está pronta para lançar esse sistema, essa tecnologia em atendimento ao nosso projeto de lei, sancionado pelo governador Fernando Pimentel.

Assim, presto hoje a informação dessa boa reunião que tivemos. Vou além: o presidente da Prodemge, Paulo Moura, disse-me que a grande maioria das escolas do Estado – não é novidade para vocês o sucateamento em que as encontramos – não tem conexão de internet. Algumas dificilmente terão até por não haver disponibilidade das empresas de comunicação. Então, o governo de Minas já está preparado para instalar imediatamente nas 300 primeiras escolas mais afastadas, remotas, em áreas indígenas, quilombolas, que não têm, inclusive, sinal de telefonia, equipamento próprio para captação de sinal, a fim de que essas escolas tenham acesso à tecnologia, à informática, à internet. Não é só isso, deputado Douglas, elas serão ponto para emissão do sinal que estará disponível para a comunidade ao redor. Ainda que fora da escola, terão acesso a essa conexão de internet, democratizando o acesso à tecnologia, à comunicação. Inicialmente, serão 300 escolas, mas a ideia é atender a todas as escolas de Minas Gerais neste ano. Então, acredito que é uma boa notícia que trazemos aqui na área da educação.

O deputado Douglas Melo (em aparte)* – Obrigado, deputado Cristiano Silveira. Concordo com o senhor quando diz que há ainda muita coisa para ser feita. No ano passado, tive o privilégio de dividir a vice-presidência – na verdade, o Paulo Lamac, que hoje é vice-prefeito de Belo Horizonte, era o presidente e eu o vice-presidente da Comissão de Educação. Pudemos ver de perto como a estrutura do Estado ao longo dos anos foi sendo construída de forma errada prejudicando os profissionais de educação. Concordo também que esse problema da designação tem de ser solucionado o mais breve possível. Isso causa uma ansiedade muito grande em todos aqueles que dependem da área da educação e em todos aqueles que querem prestar seu serviço. Mas vejo também que essa

grande ansiedade foi criada ao longo dos anos justamente por uma valorização que não aconteceu da forma como o profissional da educação merecia. Temos agora de lutar juntos para que o problema seja solucionado.

Quando falo em lutar juntos é porque no Brasil estamos vivendo um momento de pensar e repensar a função do homem público e a função do político. Na verdade, o povo brasileiro, de forma geral, perdeu sua crença na política. Hoje não existe mais a ideia de que partido A ou partido B, enfim, que um é melhor que o outro. A grande verdade é, deputado Cristiano Silveira, que as notícias mostram que os escândalos se espalham por todo o Brasil, estão em todos os lugares. Hoje não escolhemos mais o partido A ou o partido B como o melhor ou o salvador da Pátria. Ainda temos tempo de salvar a classe política, que, sabemos, na maior parte das vezes, funciona e funciona bem. Mas temos uma mancha causada justamente por aqueles que estão na vida pública não para fazer seu papel fundamental.

Aqui em Minas venho observando as grandes dificuldades que são encontradas todos os dias. Hoje grande parte dos prefeitos eleitos ou reeleitos não conseguirão fazer o que esperam não justamente por causa da crise, mas por causa da dívida que foi deixada. Dou um exemplo. Em Sete Lagoas foi deixada uma dívida de R\$340.000.000,00. O atual prefeito de Sete Lagoas vai ter vontade de fazer, mas pouco vai conseguir. Pude ver isso aqui em Minas também. Não estou falando que o governo passado foi ruim ou bom, mas certo é que já vivíamos uma crise naquela época e a dívida deixada para o governador Fernando Pimentel o impediu de fazer tudo o que ele queria. Não estou usando isso como argumento para não fazer, mas acho que temos de ser éticos em nossos posicionamentos e entender que este é um momento crítico. Estamos passando pela pior crise financeira que já vimos. O Estado de Minas, até pela contribuição mineral que caiu, é um dos estados que mais sofrem.

Quanto à questão da educação, volto a dizer que temos de lutar juntos, sim, para que essa situação seja resolvida. Já fiz alguns alertas na Secretaria de Estado de Educação. Temos, por exemplo, problemas, como os relacionados aos diretores de escola, caso em que há algumas disparidades. Mas certo é que vejo um esforço sendo feito. Quero parabenizá-lo pelas palavras. Obrigado, deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputado Douglas Melo. O posicionamento de V. Exa. é louvável e entra um pouco no que abordei no início da minha fala. A grande questão é buscar solução, apontar caminho, construir. O deputado percebe, evidentemente, alguma falha que está ocorrendo, faz contato com a secretaria, aponta. É claro que nem todo o mundo está interessado em ajudar a resolver o problema. Os deputados que agem como V. Exa. são os que ajudam a abrilhantar o nosso convívio e a produção legislativa, porque é isso que o povo espera. As pessoas estão – falando um português bastante claro – com saco nenhum para política. Foi-se o tempo em que o político era um sujeito admirado na rua. Quando andava na rua, o povo se juntava ao redor dele. No interior, o político parecia celebridade, mas isso acabou. Ou o político cai na real do seu verdadeiro papel, põe o pé no chão, vai conversar com as pessoas e produzir ou, caso contrário, nossa vida útil será bastante curta.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Deputado Cristiano Silveira, queria parabenizá-lo. É exatamente esse o papel da oposição e mesmo da situação: quando for identificada um problema, uma falha, temos de apresentar alternativas. Não podemos politizar um processo neste momento e jogar por terra todo um trabalho, trabalho de nomeação de 40 mil concursados, processo de pagamento do piso, de revisão e rediscussão do ensino médio, da educação no campo, da educação indígena, do diálogo com os trabalhadores da educação. Acho que V. Exa. toca no ponto correto. Nosso papel é esse. A população não quer blá-blá-blá. A população não quer politização sem resultados. Nossa preocupação é que o direito dos professores seja resgatado, seja garantido diante dessas falhas, que o processo seja aperfeiçoado e que os alunos não sejam prejudicados. Esse é o ponto.

Temos a maior tranquilidade de fazer esse debate no Plenário, e que sirva para todos nós nessa política pública e em outras. Esse é o papel do Legislativo, e é isso que a população espera.



O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, só para concluir, porque meu tempo se encerrou, queria dizer, deputado André Quintão, que não são defensores dos professores aqueles que apoiaram o governo que não permitia nem que eles se alimentassem dentro das escolas.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, abro este discurso dizendo que os professores de Minas Gerais não têm dono. Não existe deputado dono dos professores de Minas Gerais, não existe defensor legítimo dos professores deste estado, porque eles não são propriedade partidária, não são propriedade de sindicato. Os professores são de Minas Gerais, e é dever de todo deputado que se preze defendê-los, defender os nossos mestres, defender a educação do Estado de toda maldade do governo Fernando Pimentel.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Quero, primeiramente, cumprimentar V. Exa, apesar de já tê-lo feito quando V. Exa. me aparteu.

O deputado que antecedeu V. Exa. disse não terem legitimidade aqueles que apoiaram o governo que deixou faltar merenda para os professores. Quero dizer da ousadia daqueles deputados que têm a coragem de se revezar na tribuna para defender um governador que está enrolado em corrupção até o pescoço, que tem delação premiada de três pessoas – da Danielle Fonteles, do empresário e do Bené. Será que estão achando que esquecemos de tudo, será que estão achando que se apagou tudo? Não. Daqui a pouco, deputado Léo Portela, a ministra Cármen Lúcia vai pautar novamente o caso Pimentel, a Operação Acrônimo.

Agora, tem legitimidade um governador que é acusado de ser chefe de organização criminosa, de lavagem de dinheiro, de corrupção passiva? Tem legitimidade um deputado que apoia esse governo? Um governo que parcela o salário, há um ano, de 157 mil trabalhadores deste estado? Que legitimidade esse governo tem? Está certo, deve ser a legitimidade de ter gastado R\$500.000,00 com filé-mignon de carne de angus, com lagosta, com camarão nas despensas dos palácios de Pimentel. Para não dizer que não falei das flores, deputado Léo Portela, do mesmo governador que gastou R\$200.000,00 para enfeitar os Palácios das Mangabeiras e da Liberdade com flores. Talvez o deputado que o antecedeu não conheça a evolução dos gastos do fretamento de jatos da Líder Táxi Aéreo de Fernando Pimentel. No encerramento de 2014, o governo anterior gastou R\$138.000,00. Em 2015, esse governo atabalhado, incompetente e corrupto gastou R\$650.000,00. Aliás, R\$850.000,00. Em 2016, deputado Léo Portela, fechou com R\$1.074.000,00 com fretamento de jato, mas não tem dinheiro para pagar as diárias dos servidores da segurança, as férias-prêmio, a ajuda de custo de quem veio fazer curso na capital. Não tem dinheiro, há dois anos não paga nada, mas tem dinheiro para colocar gasolina no helicóptero para buscar o filhinho em Escarpas do Lago. Olha, tenha santa paciência! Não consigo ouvir barbáries desta tribuna sem colocar os pingos nos is. Mas falta dinheiro, deputado Léo Portela, para a gasolina do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar em Capitólio, onde fica Escarpas do Lago, onde o governador criou o disque-ressaca. Pegar o helicóptero e buscar o filho dele depois da ressaca de réveillon? Tenha santa paciência!

Parabéns a V. Exa. Agora, os professores estão sofrendo – e muito, não é pouco, não – pela incompetência, pela má gestão e pela corrupção instalada neste governo.

O deputado Léo Portela* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues, por sempre trazer ao Plenário desta Casa as verdades que precisam ser ditas para que os mineiros entendam a Orçim que tomou conta do nosso estado. Parabéns, deputado, pela coragem e pela bravura.

É importante salientar que dignidade é pagar o salário em dia. Fiz parte do governo Antonio Anastasia, como secretário, e, nos últimos 12 anos desse governo, Minas Gerais tinha um PIB que crescia em ritmo chinês, e era a locomotiva que puxava o Brasil. Naquele tempo, o Estado pagava o salário em dia e o prêmio de produção, que acabou. Dignidade para o servidor é pagar o salário em dia.

Gostaria de ler um trecho do Manifesto do Partido Comunista, que é base para a atuação política parlamentar da grande maioria do PT e dos deputados da esquerda. (– Lê:) “Abolição da família! Até os mais radicais ficam indignados diante desse designio infame dos comunistas. Sobre que fundamento repousa a família atual, a família burguesa? No capital, no ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na supressão forçada da família para o proletariado e na prostituição pública. A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento. E uma e outra desaparecerão com o desaparecimento do capital.” É isso que quer um governo que trabalha contra as famílias, que embasa sua atuação num manifesto comunista à favor da abolição das famílias. Mas, como assim, deputado Léo Portela, manifesto comunista? O que é isso? O que está acontecendo? Abolição da família? Sim, abolição da família.

No dia 28 passado, vimos que o governador Fernando Pimentel deu as costas para toda a discussão que travamos nesta Assembleia a respeito da ideologia de gênero, a discussão democrática com a participação da sociedade, de pais, de mães, de alunos das escolas mineiras. O governador Fernando Pimentel fez um decreto que libera o uso do nome “social”. Ora, se libera o uso do nome “social” em qualquer esfera da administração pública estadual, o libera também nas escolas. Um professor que tem a sua base, a sua formação toda no manifesto comunista, que é a favor da abolição da família, vai dizer aos seus alunos: “Meus alunos, minhas alunas, saibam bem que o gênero de vocês é uma construção social. Você não é menino, você não é menina, você nasce ambíguo e deve livremente, sem pressão da sociedade, escolher se quer ser menino ou se quer ser menina”. Essa é a ideologia da destruição da família, com base em Karl Marx, em Marcuse, uma ideologia nefasta, que busca simplesmente destruir a família.

Não entendo como existem deputados cristãos nesta Casa que têm coragem de apoiar um governo que quer destruir a família, que embasa sua forma de governar em preceitos que buscam a abolição da família. Não entendo isso. Nome “social” em Minas Gerais – quem diria que veríamos algo assim? Destruir a família não é apenas isso. Destrói-se a família quando se deixa de investir no principal vilão da juventude mineira, o vício nas drogas. Quando um governo dá as costas para as drogas, abre-se uma avenida de atuação para os traficantes. Quando um governo destrói um programa pioneiro no Brasil, como o “Aliança pela Vida”, que fez parcerias com centenas de comunidades terapêuticas para salvar vidas, para amparar famílias, destrói-se o futuro de Minas Gerais. É isso que este governo quer. O foco deste governo é a destruição. É isto que o governo Fernando Pimentel quer: destruir um programa que era sucesso no Brasil.

E não apenas isso. Não apenas deixaram de investir no combate às drogas, mas perseguiram aqueles que combatem as drogas, perseguiram as comunidades terapêuticas, fizeram um grupo de inquisição na Secretaria de Estado de Saúde para buscar as comunidades terapêuticas e inventaram uma série de absurdos, como o de que as comunidades terapêuticas torturavam as pessoas que ali estavam. Ora, desconhecem a verdade do tratamento oferecido pelas comunidades terapêuticas. Ninguém fica ali internado compulsoriamente, quem fica escolheu estar ali. E esse grupo da Secretaria de Estado de Saúde procurou comunidades terapêuticas. Dou o nome da pessoa: Dr. Verona, que trabalhava na secretaria, mas não sei se ainda está lá. Ele procurou as comunidades terapêuticas, exigindo a retirada da Bíblia Sagrada das comunidades terapêuticas.

Como deputados cristãos podem apoiar esse tipo de governo? Um governo que é contra as famílias, que é contra o combate às drogas, que é contra a Bíblia Sagrada no tratamento dos dependentes químicos não pode ser apoiado por deputados cristãos. Isso não me causa estranheza, isso não me causa espanto. O que me espanta é que pessoas que fazem parte deste governo procurarão as igrejas em 2018, com o discurso de que não são contra a família, que não existe essa de discurso comunista, que isso ficou no passado, de que não há doutrinação *gay* nas escolas, de que não tem ideologia de gênero, dizendo que isso é balela. Dirão que isso é balela, que é discurso eleitoral, que eles são do bem, que querem a composição com todas as pessoas e a participação de todos. E dirão que precisarão do apoio de todas as igrejas. E gente de bem, cristãos, cairão na conversa desse tipo de aproveitador. Quero ver você, deputado e deputada, que tem ligação com as igrejas, chegar à sua base e dizer que apoia o governador que liberou a ideologia de gênero em Minas Gerais, que entende que menino e menina são a mesma coisa, que não há distinção de gênero entre homem e mulher.

Quero ouvir dizerem que apoiam esse governador, que ele é o nosso governador. O governador que é contra o combate às drogas, que destruiu as políticas antidrogas em Minas Gerais, o governador que deixou apodrecendo no pátio do governo um caminhão de centenas de milhares de reais, que cuidava de vidas de dependentes químicos, que ia às ruas, que buscava as pessoas na Cracolândia. O governador deixou esse caminhão apodrecendo ao léu, queimou o dinheiro público. Mas, dinheiro para helicóptero para o filhinho não falta, dinheiro para jantares com rosas colombianas não falta, dinheiro para prataria e banquetes para prefeitos, deputado João Leite, isso não falta. Isso não falta em Minas Gerais. Mas falta a dignidade, falta a vergonha na cara, falta a defesa das famílias, falta o combate às drogas, falta o pagamento em dia dos salários dos servidores públicos.

Quem poderia, no seu pesadelo mais terrível, imaginar que Minas Gerais, que viveu dias de glória com o pagamento em dia dos seus servidores, viveria dias assim, tão nefastos? E o que foi feito do programa Poupança Jovem? O governador não paga o Poupança Jovem, deputado João Leite; ele e as pessoas que fazem parte deste governo odeiam a juventude. Atacam os professores, humilham os professores, instituem ideologia de gênero, deixam de investir no combate às drogas e deixam de investir no Poupança Jovem. É um governo que destrói a juventude, é um governo que destrói as famílias.

Não é possível que deputados cristãos, principalmente deputados que conhecem o Evangelho do Senhor Jesus estejam ao lado desse tipo de gente, porque esse discurso é um discurso incoerente com a verdade que liberta, a verdade que nós conhecemos, em que acreditamos e que defenderemos sempre em qualquer situação. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, convidados presentes nas galerias, eu gostaria de manifestar aqui o que está acontecendo, em nível nacional, com o nosso café.

Infelizmente há grande pressão das empresas de torrefação em Minas e no Brasil, e o governo, por meio do Ministério da Agricultura, está cedendo a essas pressões para importar café, deputado Dilzon Melo. Importação de café no Brasil. Que absurdo! Nós, que somos hoje referência mundial no café, produzimos 1/3, praticamente, do café que hoje é tomado no mundo inteiro; e hoje com muito café de qualidade.

Mas as empresas, alegando falta de estoque do café conilon, devido à seca no Espírito Santo, fazem pressão, e percebemos o enfraquecimento do governo federal, por meio do ministro Blairo Maggi, já aceitando essa importação. Então nós queremos manifestar aqui, de forma veemente, que somos totalmente contrários à importação de café. Primeiro, porque duvidamos de que não haja estoque suficiente para durar até o mês de abril, que já está muito próximo, quando entrará a safra de café conilon no mercado brasileiro, quando se inicia essa safra. Segundo, porque vão importar por preços caríssimos. E, pior, quando se importa um produto dessa natureza, normalmente vêm doenças com o produto. Ou seja, pragas e doenças poderão afetar a nossa cafeicultura, o que poderá ser um desastre para este país. Então, estamos aqui manifestando a nossa grande preocupação quanto à possibilidade de importação de café.

Temos visto que os deputados federais Carlos Melles e Evair Melo, o senador Ferraço, os senadores Aécio e Anastasia manifestaram-se contra a importação de café. Não podemos admitir isso e temos que nos movimentar, temos de nos mobilizar, porque o café é a grande mola do desenvolvimento, principalmente de Minas Gerais, que gera muito emprego e renda para o nosso país.

Vamos agora entrar nas questões políticas internas de Minas. Hoje tive uma grata satisfação, como deputado do PSDB. O prefeito de Contagem, Alex, jovem revelação da política mineira, que ganhou a eleição na cidade com muita força, sem fazer conchavos, sem lotear o seu governo, está enfrentando grandes desafios – e vencendo-os –, entre eles o cartel das empresas de ônibus, pois baixou o valor das passagens na cidade de Contagem. Queríamos que o prefeito Kalil, que prometeu isso na campanha, também fizesse isso e quebrasse esse cartel aqui em Belo Horizonte. Então, parabéns, prefeito Alex. Você realmente mostra que é um líder autêntico, corajoso; está demonstrando coragem ao enfrentar o que outros prefeitos não fizeram, porque têm, muitas vezes, medo,



preocupação, porque têm o “rabo preso”, como dizem aí na gíria popular da política. Ele, Alex, não! Alex mostra independência, responsabilidade e capacidade.

Eu queria aqui manifestar também a minha preocupação com o que acontece hoje com os professores de Minas Gerais. Estive em São Sebastião do Paraíso nesta semana, bem como em Bom Despacho. Aliás, estive em várias cidades da minha região, e em todos os lugares as professoras abordam determinado assunto pelo celular, pelo *WhatsApp*.

Gente, o governo do Estado realmente resolveu ficar quieto, afrouxou, não quer governar. Além disso, não está entendendo esse tipo de designação *on-line*. Se fosse na Bélgica, na França, no Canadá, nos EUA, enfim, em países desenvolvidos, onde a evolução tecnológica chegou, e as pessoas, o poder público, o funcionalismo público e os servidores a acompanharam juntos... Mas não é o caso. Não temos equipamentos adequados, e o funcionalismo não está preparado. O resultado é que isso vira essa bagunça. Então, tem de fazer os ajustes devagar. O processo, da forma como vinha sendo feito, era demorado e difícil, mas era justo e acontecia.

Portanto, a ficha do governo precisa cair. É aquilo de que sempre falei. O PT tem uma facilidade de comunicar, de falar bonito, de dizer que vai fazer isso e aquilo. No entanto, não dá conta de tornar nada operacional. Imaginem tornar operacional um estado. Aí, dá no que deu.

Fala-se em déficit, ou seja, que o governo assumiu o Estado com um déficit de R\$7.000.000,00, deputado Coronel Piccinini. Por exemplo, você assume uma empresa que tem um déficit. Você vai aumentar a despesa e criar diretorias? O governo criou secretárias e aumentou salário e funcionalismo. Hoje há servidor no Estado ganhando R\$50.000,00, R\$60.000,00. Enquanto isso, os que mais trabalham e têm responsabilidade ganham mínimos, salários baixíssimos. Por isso digo que é um governo desgovernado.

O governo disse que pegou o Estado com déficit, mas criou secretárias e aumentou despesas para tudo quanto é lado. Então, há uma contradição. Vejam bem. Assumi o Estado com déficit e ainda recebeu, só de impostos, um absurdo. Alguns impostos subiram mais de 50%, subiram de forma astronômica. Isso aconteceu com produtos importantes, como alimentos, remédios, rações, ferramentas, peças de tratores e máquinas. Então, houve aumento de impostos para tudo quanto é lado. Ele aumentou a arrecadação e fala em déficit. Além disso, não pagou a dívida que tem com o governo federal. Anastasia, Aécio e Alberto pagavam religiosamente, deputado João Leite, R\$490.000.000,00 por mês. Isso dava quase R\$6.000.000.000,00 por ano. Ele não pagou. Então, só isso aí poderia cobrir esse déficit.

Logo, é um governo que não tem zelo, não tem gestão, não tem capacidade de gestão. É um governo que fala bonito. Parece que está fazendo uma beleza e cuidando da educação. Vemos isso nas propagandas. Isso não é verdade, pois está parcelando salários, principalmente dos mais pobres, e pagando hoje a metade do 13º salário. Você não pode mais assumir obrigação, porque não sabe se vai receber o salário. Essa é a situação. Depois vem dizer que está melhorando a saúde e o social. Gente, que social? Como bem disse o deputado Léo Portela, praticamente acabou com os programas de apoio, de prevenção e combate às drogas, como o que era oferecido naquelas casas de repouso, onde as pessoas drogadas eram recebidas. Então, acabou. É uma situação horrível.

Vejam a situação da segurança. É assustador o que está acontecendo. Hoje bandido não respeita mais ninguém. Na semana passada, entraram na casa do prefeito de Carmo do Rio Claro, bateram e machucaram pessoas. Não se respeita mais nada. O bandido hoje está tomando conta de tudo. Então, a segurança está indo pelo morro abaixo. Tanto é que o Coronel Piccinini não aguentou e pediu o boné. Não é, João Leite? Pegou o quepe dele e saiu fora. Então é isso, gente.

Digo, Bianchini. É tudo italiano. (– Risos.) A verdade é que o Bianchini não quis ficar lá mais, gente. Essa é a situação. Também na polícia, o secretário Bernardo Santana ficou um tempo. Puseram tanta casca de banana que, antes que caísse, ele pediu também o chapéu. Essa é a situação do Estado.

Vejam a nossa MG-050. É um dos projetos onde há muito dinheiro, porque é uma parceria, uma concessão.



Deputado João Leite, hoje há R\$500.000.000,00 de fundos à disposição para investir. Faz dois anos que o governo Pimentel está com aditivo para definir o que vai fazer com esses R\$500.000.000,00, mas não deram conta de definir um contrato. O secretário até falou que era um casamento e que iria terminar em divórcio. Por que não terminou, então? Se não está combinando, termine! O que não pode é ficar nesse chove não molha. Enquanto isso, o povo está morrendo na chuva e morrendo nas curvas lá da região de São Sebastião do Paraíso, de Capitólio, por falta de aplicação desses R\$500.000.000,00.

Ora, o povo está pagando pedágio na MG-050; há R\$500.000.000,00 para serem investidos, mas o governador Pimentel não dá conta de operacionalizar um aditivo desse contrato para saber onde vai aplicar esse dinheiro. É muita incompetência deste governo. Isso nos assusta, porque, no governo Aécio e Anastasia, 219 municípios ganharam rodovias importantes, que trouxeram dignidade para as cidades. Muitos municípios viraram cidades estratégicas. Foi o que conseguimos, eu e o Carlos Melles – Carlos Melles, secretário, e Anastasia, governador –, ligando Nova Resende a Muzambinho, uma estrada muito importante; quer dizer, de Nova Resende até a cidade de Bom Jesus da Penha. Existe uma rodovia federal de Bom Jesus da Penha até Alpinópolis. Faltam ali menos de 10km, mas não é terminada já há 15 anos.

Esse é o desgoverno do PT. Existe uma estrada importantíssima, de Pimenta a Guapé; o Anastasia iniciou 43km dela. Trata-se de uma estrada importantíssima, que liga regiões estratégicas. Com Anastasia e Alberto, fizemos praticamente 80% da estrada, inclusive havia uma ponte que já estava muito adiantada. Mas hoje estão lá as ferragens enferrujando, e os aterros indo embora, onde foram feitas as terraplanagens, mas não deu tempo de colocar o pavimento. O governador Pimentel não executou, não pôs um palmo dessa rodovia estratégica, importante, mas que agora está lá se perdendo. O estranho é que essa estrada liga Ilicínea a Boa Esperança, terra do Odair Cunha, secretário do governador, e está lá parada. Será que o Odair Cunha, como secretário, não está dando conta de terminar essa estrada?

É o que sempre falo: é um governo que realmente está sem rumo, sem destino. Pior que isso, ele está desanimado, não está preocupado com o povo mineiro. Esses são os exemplos de escolas que estão hoje precisando de reformas, de melhorias; de postos de saúde que estão pela metade, como as unidades de saúde da família, UPAs sem equipamentos e hospitais fechando – tantos e tantos hospitais em situação caótica, muito complicada.

Vejo com muita preocupação o que está acontecendo hoje com o nosso estado. O governo não tem um norte, não tem coragem. E o pior de tudo é não ter coragem de cortar despesa, é não ter coragem de olhar que a folha de pagamento já estourou os seus limites. Em vez de cortar despesa, ele aumenta. Você vê pessoal chegando para todo lado. Você chega na Cemig e vê pessoas que nunca participaram de nada lá, vê as coisas a cada dia definhando mais.

Nesta semana vi o que nunca havia visto nos 12 anos de Aécio e Anastasia; nunca tinha visto o que vi lá na Cidade Administrativa: aquele monte de professores humilhados, sendo azezinados, desnorteados por essa maldita designação da forma como está sendo feita. Vi senhoras, mães de família que moram na cidade de Santa Luzia, sendo designadas lá para a cidade de Curvelo; outras que moram em Ribeirão das Neves sendo designadas lá para a cidade de Três Marias. Ora, as pessoas ganham salário mínimo e têm família para cuidar. Elas já estão ali no dia a dia daquela escola, conhecem as particularidades do bairro, das famílias, das crianças e são designadas lá para um outro lugar ao qual não irão, porque, se forem, será muito pior.

Então, o pessoal está desnorteadado. É um massacre que está sendo feito. O pior é que insistem em continuar fazendo. Cada hora é um tipo de informação. O que vi lá na Cidade Administrativa e achei extremamente claro foi que o pessoal chegou ao ponto de não ter voz no seu sindicato, no Sind-UTE, que deveria estar ao lado para conduzi-los até a secretária Macaé. Mas não, eles estavam lá abandonados à própria sorte, dizendo que, se não fossem recebidos pela boa vontade da secretária, seriam recebidos à força. Estariam ali dispostos a partir para cima e agir com força.

Isso é muito grave, porque o Estado perde a referência, perde a credibilidade, perde a autoridade. E um órgão tão importante como a Secretaria de Educação tem de ter domínio, tem de ter equilíbrio, tem de ter humildade para entender que a tal da



designação, da forma como foi feita, não é ainda para um estado como Minas Gerais, não é ainda para um país como o Brasil. É para país desenvolvido, onde a tecnologia está democratizada para todo cidadão. Mas hoje não está nem para quem tem de servir os próprios servidores, que são os técnicos da Secretaria de Educação. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, caríssimo presidente, deputado Coronel Piccinini. Quero saudar V. Exa., presidindo os trabalhos desta Casa, desejando mais uma vez boas-vindas ao Parlamento. Caríssimos deputados e deputadas, expectadores da TV Assembleia, amigos das galerias, o que me traz a este Plenário é mais uma das trapalhadas deste governo Pimentel.

Deste Plenário, da Comissão de Transporte e de tantas outras, com o apoio dos nossos colegas, temos trabalhado muito buscando ações para a melhoria da nossa MG-290. Fizemos audiências públicas, requerimentos e várias ações, culminando, inclusive, no dia 4 de dezembro, na presença da Comissão de Transporte na nossa região, quando percorremos o trecho de Pouso Alegre até a divisa de São Paulo, via Jacutinga, buscando assim o apressamento do projeto de engenharia, que está por encerrar e ser apresentando, eminentemente, num momento tão importante e tão necessário, para que possamos iniciar o projeto de execução de obras. Lamentavelmente, tomamos conhecimento de que foi publicada, no diário oficial, de quinta para sexta-feira, a paralisação, a suspensão do projeto de engenharia dessa importante rodovia. Ficamos, acima de tudo, estarecidos com a decisão do governo de suspender o projeto de engenharia dessa importante obra do nosso Sul de Minas.

E, na noite de ontem, deputado Gustavo Valadares, o DER emitiu uma nota tornando sem efeito essa publicação no diário oficial, manifestando que o governo de Minas tem compromisso com a nossa região, justificando que o projeto não será paralisado. Isso nos causou, acima de tudo, uma interrogação. Foi publicada, no diário oficial, a suspensão do projeto, e, ontem à noite, o DER emitiu essa nota informando que o governo vai continuar o projeto de engenharia para viabilizar essa importante rodovia nos principais trechos com os quais estamos preocupados.

Quero dizer, mais uma vez, que, no momento em que tomamos conhecimento da notícia publicada no diário oficial, fizemos uma convocação a toda a sociedade, a todos os prefeitos do Sul de Minas, aos nossos vereadores, para que se unissem ao governo do Estado, para poder revogar essa decisão. E ontem foi publicado em nota, pelo DER, que o governo torna isso sem efeito, de forma que será dada continuidade ao projeto que, com certeza, há muitos anos, estamos aguardando.

Quero manifestar que, desde o primeiro momento, estamos cobrando deste governo. Estaremos vigilantes quanto à execução e ao término dessas obras e, conseqüentemente, ao projeto de engenharia.

O outro assunto que me traz aqui é a onda de quadrilhas que estão percorrendo o nosso Sul de Minas. Em toda nossa região, em Cambuí, Bueno Brandão, Senador Amaral e Ouro Fino, essas quadrilhas estão assaltando as agências bancárias, os caixas eletrônicos, deixando a segurança pública numa situação de terror, desespero e muita inquietude.

Apresentamos um requerimento à Comissão de Segurança Pública para discutirmos a situação do nosso Sul de Minas. Ontem, preocupado com essa situação, o prefeito Tales, da cidade de Cambuí, mais do que nunca preocupado com o seu município, solicitou a intervenção da Assembleia Legislativa, para que possamos esclarecer e debater essa questão tão importante, que é a falta de segurança na nossa região.

São essas as considerações que gostaria de fazer a respeito da nossa Rodovia 290, tão importante para o Sul de Minas, e da segurança pública da nossa região.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Dalmo, quero parabenizar V. Exa. por trazer esse assunto tão importante sobre essa obra que é fundamental para a continuidade do desenvolvimento do Sul de Minas. V. Exa., como maior referência política daquela região, tem toda a autoridade para cobrar deste governo mais essa ação – aliás, essa ação é a única, até então, deste governo do PT no Sul de Minas.

O deputado João Leite disse aqui: “Este é o governo das designações *on-line, off-line, on-line, off-line*”. Cancela projeto executivo, depois o descancela. Esse é o retrato do desgoverno do PT. Então quero render as minhas homenagens a V. Exa. por trazer esse assunto.

Fui provocado também – no final da semana passada, quando essa péssima notícia saiu – pelo Toninho, secretário da Prefeitura de Ouro Fino, seu correlegionário, companheiro, líder político e meu amigo. Ele me marcou no Instagram e me pediu para que trouxesse esse assunto, com V. Exa., a este Plenário. Então as minhas homenagens são para V. Exa., por trazer esse assunto, e para o Toninho, que representa tão bem a Prefeitura de Ouro Fino e toda sua equipe. Contem com o meu apoio e, tenho certeza, também com o apoio do deputado Bonifácio Mourão e de todos os deputados do bloco de oposição.

Este governo precisa se resolver, ele precisa se encontrar. É o governo que está *on-line* ou *off-line*? É o governo que faz obra ou que cancela obra? Enfim, precisamos saber. Até hoje, criou-se um desgoverno do PT. Que não façam com que a população do Sul de Minas tenha de pagar por mais essa medida incompetente de um governo incompetente e omissivo. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Dalmo Ribeiro Silva, primeiramente quero dizer que estamos solidários com V. Exa. quanto à justa reivindicação relativa a essa estrada.

Acredito que o governo Temer não vai fazer o que fizeram Lula e Dilma. A duplicação da BR-381, que liga Belo Horizonte a Belo Oriente, deveria ser até Governador Valadares, mas não vai ser duplicada até Valadares, lamentavelmente. Isso é um demonstrativo da consideração que Lula e Dilma têm com Governador Valadares e os municípios que ficam depois de Valadares. Eles começam, mas não terminam. A BR-381, por exemplo, é considerada a rodovia da morte. Então vamos fazer votos, deputados, de que eles comecem esse trecho e o terminem. Atualmente, temos outro governo, o de Temer, então temos a esperança de que ele proceda de forma diferente, como tem demonstrado em algumas de suas ações.

Quero aproveitar a oportunidade, deputado Dalmo Ribeiro, visto que V. Exa. falou sobre o problema sério de segurança – a reunião está sendo presidida pelo nosso novo colega, deputado Coronel Piccinini – para falar também da questão da segurança e parabenizar o presidente Temer por indicar Alexandre de Moraes para ministro da Justiça, em substituição ao saudoso ministro *Teori Zavascki. Ele será o novo ministro do Supremo Tribunal Federal.*

Ao mesmo tempo, deputado João Leite, quero lembrar que o futuro ministro Alexandre de Moraes, com certeza, será aprovado na sabatina do Senado Federal para substituir o ministro Teori Zavascki.

Porque, quando o Teori faleceu, ele estava com vistas do processo do Pimentel. Estava 3 a 0 quando o ministro Teori pediu vistas desse processo pelo qual nós, da oposição, recorreremos para que não dependa de autorização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para que o governador seja ou não processado. Porque, se depender da Assembleia, lamentavelmente, a situação será muito difícil; ele vai acabar não sendo processado, e o processo não terá segmento enquanto for ele o governador. Agora, com o futuro ministro Alexandre de Moraes, possivelmente, o voto será de acordo com os ditames da sua consciência e com as diretrizes da Justiça. E nessa situação, com certeza, o caminho será tirar da Assembleia essa bomba que aqui está, que é o processo para autorizar ou não o processo contra o governador Pimentel.

Da minha parte, deputado Dalmo, quero externar que acho um verdadeiro absurdo que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais não autorize sequer a abertura de processo para se apurar se o governador Pimentel é ou não culpado relativamente à denúncia que lhe é oferecida pela Procuradoria-Geral da República.

Então queremos saudar V. Exa. pelas abordagens oportunas relativas ao transporte e à segurança e lembrar, deputado Dalmo Ribeiro, que V. Exa., assim como este deputado que tem a honra de apartear-lo neste instante e com o deputado João Leite e outros colegas, luta, e luta muito, para que se corrija essa grande injustiça que o governo Pimentel, por meio da Secretaria de Estado de Educação, está praticando contra inúmeras professoras de Minas Gerais.



O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, deputado. Para encerrar, caríssimo presidente, queria agradecer o apoio de todos os prefeitos do nosso Sul de Minas em relação à MG-290, tão importante para todos. Peço licença para destacar o prefeito da minha terra, Ouro Fino, o prefeito Maurício, sempre muito preocupado com esse projeto de engenharia, tão importante, de melhorias dessa rodovia que é a rota do desenvolvimento de nossa região.

Então, por essa razão, quero manifestar ao governo Pimentel que ficaremos vigilantes para cobrar imediatamente a entrega do projeto de engenharia, conforme foi prometido nessa nota emitida pelo DER, ontem à noite, até o final de março. Cobraremos para que tenhamos ações concretas em favor do Sul de Minas. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/2/2017

O deputado Carlos Pimenta* – Exmo. Sr. Deputado Inácio Franco, presidente desta reunião; Srs. Deputados; imprensa que cobre os trabalhos do Legislativo; senhoras e senhores. Dois assuntos me trazem hoje à tribuna da Assembleia no início dos trabalhos deste semestre. O primeiro talvez seja o mais importante: é o que estamos discutindo na cidade de Montes Claros e no Norte de Minas. Refiro-me à Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amams –, que teve recentemente uma eleição disputada, e o vencedor dessas eleições democráticas, livres e abertas foi o prefeito Zé Reis, da cidade de Bonito de Minas. Tão logo o prefeito Zé Reis assumiu a presidência da Amams, o primeiro tópico, tema e desafio do novo presidente, foi trazer a discussão, o relacionamento e a atuação da Sudene no Norte de Minas, englobando toda a região Norte, parte do Mucuri e quase toda a região do Vale do Jequitinhonha. O prefeito Zé Reis constituiu uma comissão que foi a Recife e esteve com o superintendente nacional da Sudene para discutir sobre como ela vai continuar atuando naquela região.

Nesse encontro, ou melhor, nessa audiência do presidente da Amams com o presidente da Sudene, o tema da seca no Norte de Minas prevaleceu. Estamos vivendo o sexto ano consecutivo, ou seja, a sexta seca consecutiva no Norte de Minas. Cada uma que se sobrepõe herda os efeitos da do ano anterior. A seca de 2017 se apresenta como a mais terrível, complicada e difícil no sentido de conseguirmos algumas ações para que o Norte de Minas possa conviver com essa situação. Não estamos vendo por aí nenhuma ação por parte do governo federal nem do governo do Estado. Já estamos no mês de fevereiro. Praticamente não choveu no Norte de Minas no mês de janeiro. Em Montes Claros, historicamente há uma precipitação em torno de 200mm no mês de janeiro, meu caro Caixa. No mês de janeiro de 2017, choveu apenas 20mm. Isso está acontecendo em todas as regiões. Está ocorrendo o desabastecimento de água para a população. Aliás, 70% dos rios e dos córregos já estão secos e não estão correndo mais. A agricultura norte-mineira vai sofrer um prejuízo de 99%, ou seja, 100% de acordo com os dados da Emater. Estamos vendo as prefeituras imobilizadas e impotentes porque não conseguem recursos para alugar caminhão-pipa, para construir adutora e perfurar poço artesiano. Os prefeitos estão desesperados e praticamente de pires nas mãos à procura da água.

O presidente da Amams esteve em Brasília, conversou e foi muito claro, muito duro e muito positivo na sua reivindicação, solicitando a interveniência da Sudene e da Secretaria Nacional de Defesa Civil para que ponham à disposição os caminhões-pipa por meio do Exército.

Foi deixada a promessa de que técnicos da Sudene estarão em Montes Claros, no Norte de Minas, agora no mês de março. Vejam bem, mais de um mês depois da reunião. Os representantes do Exército Brasileiro, que é quem disponibiliza os caminhões, fiscaliza o uso desses caminhões, também se dispuseram a fazer um levantamento. E, a partir de fevereiro, praticamente 100% dos municípios estarão decretando estado de calamidade pública, estado de emergência devido ao problema da seca.

O presidente da Amams, companheiro e amigo José Reis, dentre as suas reivindicações, também pediu novos projetos para a região mineira da Sudene, que está uma vergonha. Somente o norte do Estado do Espírito Santo, com 21 municípios, recebeu, em



2015 e 2016, 10 vezes mais que 181 municípios do Norte de Minas, da área mineira da Sudene. Enquanto Minas recebeu pouco mais de R\$10.000.000,00, o Norte do Espírito Santo – talvez pela agilidade, pelo interesse do governador e das autoridades – recebeu quase R\$200.000.000.000,00 do fundo nacional do Nordeste para trazer novas empresas, gerar empregos, recuperar indústrias que estavam sem capital de giro, enfim, para promover o desenvolvimento do norte do Espírito Santo.

É uma vergonha! Já disse várias nesta tribuna, já me pronunciei várias vezes, já fiz um apelo ao governador do Estado Fernando Pimentel, que, quando era ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, esteve em Montes Claros, numa reunião da Sudene, ou melhor, numa reunião da Amams. Pude pessoalmente, de público, cobrar dele a instalação do escritório da Sudene lá no Norte de Minas. E, passados quase quatro anos, nada se fez, nenhuma ação foi desencadeada. Parece que Minas Gerais não reconhece a importância da Sudene.

É importante que o governo de Minas tenha sensibilidade, tenha assessores que cheguem e falem: “O Norte de Minas está sem água, governador”. Não é possível! Vejo ali um bando de puxa-sacos falseando a verdade, tampando o sol com a peneira do governador de Minas. E, infelizmente, o Norte de Minas não tem essas ações, embora seja absolutamente necessário, imprescindível que o governo represente a nossa região no Conselho Deliberativo da Sudene.

Nenhuma reunião do conselho teve a presença do governo de Minas. Lembro-me das reuniões no passado. Aliás, vejo aqui o Tadeuzinho; na época, o pai dele era prefeito. Essas reuniões aconteciam lá em Montes Claros com a presença dos governadores que passaram. Então é importante que a gente diga isso. Não é possível! Estamos falando em milhões, em bilhões que podem ser aplicados na região mineira da Sudene, trazendo novas indústrias, novos atrativos.

Recentemente a Alpargatas foi para Montes Claros gerando 4 mil empregos diretos. Todas as sandálias Havaianas, que são vendidas no mundo todo, são fabricadas em Montes Claros. É um esforço grande da própria indústria para conhecer a Sudene, conhecer os incentivos da Sudene.

Então faço um apelo dramático. Estamos passando sede. O governo de Minas tem a obrigação, o dever sagrado, o dever cristão de socorrer a região do Norte de Minas. São 181 municípios, quase 2 milhões de habitantes que estão sem água. A cidade de Montes Claros, João Leite, vai ser abastecida com caminhões-pipa. Estou falando de uma cidade de 400 mil habitantes. O racionamento já está sendo aplicado, a água chega nas casas duas vezes por semana e, em alguns bairros mais distantes, apenas uma vez por semana.

Fazemos esse apelo e, ao mesmo tempo, cumprimentamos o prefeito Zé Reis pela coragem e competência de cobrar da Sudene e pedir uma cadeira permanente. Se o governador, que tem cadeira permanente, não quer se assentar no conselho deliberativo, que passe essa cadeira para o presidente da Amams, porque ele estará lá pedindo, sim, a participação de Minas nos programas, nos convênios e nos recursos do Banco do Nordeste.

Também quero, presidente, ao abordar o segundo tema rapidamente, fazer aqui uma leitura da grande imprensa mineira, que, há 15 dias, noticiou que um bando de vagabundos, de bandidos de São Paulo, assaltou o Banco do Brasil de São João do Paraíso, e, após o assalto, ficou disparando tiros de metralhadora, intimidando a polícia, intimidando a população; assaltou e estourou o Banco do Brasil de Espinosa e de várias outras cidades. Foram mais de 30 cidades no Norte de Minas.

Esse mesmo bando quebrou a cara. Foi para a cidade de Mato Verde – e quero aqui render as minhas homenagens à Polícia Civil de Minas Gerais, que, numa averiguação, ficou sabendo que o bando iria para Mato Verde e se antecipou aos fatos. Ficou entrincheirada em frente ao Banco do Brasil em Mato Verde, quando oito bandidos chegaram em caminhonetes, com bananas de dinamite, fuzis automáticos, pistolas, carabinas – está aqui a fotografia. Desceram e foram assaltar o Banco do Brasil, receberam voz de prisão, reagiram e foram mortos na porta do Banco do Brasil. Dos oito bandidos, sete tombaram sem vida diante do Banco do Brasil, numa cena que só vemos em filmes de ação, filmes de bandido e mocinho. O oitavo foi baleado e não morreu.



Quero aqui trazer as minhas homenagens à Polícia Civil, que deu o recado curto e grosso para os comandos criminosos do Rio de Janeiro e de São Paulo, dizendo, alto e bom som: “Aqui em Minas Gerais vamos reagir e fazer como fizemos em Mato Verde”. Não gostaria de estar aqui louvando um ato desses, com sete mortos, mas é preciso tomar uma providência, senão Minas vai ficar igual ao Espírito Santo. É preciso reagir. A população está desarmada. Se há algum cidadão que tem alguma arma, ainda que ela seja legal, muitas vezes, se ele usa essa arma, é preso. Não é um criminoso que atenta contra a sua vida, mas o cidadão é que é preso, deputado João Leite. Não estou aqui pregando a favor de que a população se arme, estou aqui pregando posições e ações enérgicas como a que foi posta em prática em Mato Verde. E é bom que a Polícia Militar se prepare, é bom que a Polícia Civil possa agir dessa maneira.

Ficam os meus cumprimentos ao delegado regional que comanda todas as delegacias do Norte de Minas por ter adotado essa ação, por ter tido coragem, colocando a vida em risco. E mandou um recado curto e de grosso calibre para a bandidagem: “Em Minas Gerais bandido não tem vez, não tem que ter vez”. E a polícia tem que estar preparada para defender a sua instituição, para defender a população das cidades do Norte de Minas. Se for preciso disparar para matar bandidos, terá o meu apoio. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Exmo. Sr. Presidente, deputado Inácio Franco; Srs. Deputados; telespectadores da TV Assembleia, cidadãs e cidadãos mineiros que acompanham esta reunião plenária da Assembleia Legislativa, boa tarde. Há uma máxima, deputado Antônio Jorge, no esporte, no futebol, que ficou celebrizada por Gentil Cardoso, que era o filósofo, o homem das grandes frases, especialmente no futebol. Ele dizia: “Treino é treino, jogo é jogo”. Estamos vendo um partido que treinou muito para governar Minas Gerais. Eles treinaram muito, mas jogaram pouco. Agora, quando vieram para o campo jogar, demonstraram que eram leões de treino. Leão de treino é aquele que arrasa no treino, mas, quando você o coloca no jogo mesmo, para jogar, ele não é o que era no treino. É mais ou menos aquele atleta que vai bater um pênalti no treino: não há ninguém no estádio, é no centro de treinamento, a trave do gol possui 7,32m de largura e 2,44m de altura, e ele está enxergando tudo. Mas, no domingo, quando chega ao Mineirão ou ao Maracanã, com mais de 100 mil pessoas, o gol fica pequenininho demais. É mais ou menos o que estamos vendo em Minas Gerais: um partido que treinou, treinou e, agora, vai jogar. Estamos vendo o desastre.

Eles gostavam de criticar o choque de gestão em Minas Gerais, a preocupação com a gestão. Agora, eles produziram, no Estado de Minas Gerais, o apagão da gestão. Eles não têm preocupação com a gestão.

Já vimos, neste governo, descer toda aquela lama da Samarco, em Mariana. Agora estamos vendo algo que o deputado Antônio Jorge, como secretário de Saúde, enfrentou algumas vezes. A febre amarela surge em algum lugar. Havia um dispositivo – o deputado Antônio Jorge pode explicar melhor para nós – que bloqueava, naquele local, o início da doença. Ah, com aqueles dão entrevista, falam muito, treinam, treinam, mas não jogam, o que acontece? A febre amarela se espalhou pelo Estado de Minas Gerais, já chega ao Triângulo de Felipe Attiê e de Luiz Humberto e alcança outros estados.

É dessa maneira também que eles tratam a saúde e a educação. Imaginem: não conseguem fazer o sistema de designação para a educação. Hoje a petista-mor, a presidente da CUT e do Sind-UTE, perdeu a paciência e criticou o governo. Houve a primeira chamada, não vale; segunda chamada, também está errada; terceira chamada, também está errada; quarta chamada para os designados da educação. Treinaram muito, deputado Antônio Jorge, mas não jogaram. Agora, como estão jogando, vão mal demais.

Quero falar sobre o absurdo que é você pegar 20 mil tornozeleiras e colocar no tornozelo de presos sem nenhuma classificação. Quem vai sair? Os traficantes? Mas aí é demais. Colocam uma tornozeleira num traficante, ele senta na barraquinha dele. Você acha que a tornozeleira vai impedir que ele trafique, que tenha uma arma ao lado dele? Quem está monitorando tem de jogar para saber como é. Um governo que, em todos esses anos, não criou uma vaga no sistema penitenciário quer criar 20 mil vagas, colocando preso de tornozeleira? Ouvimos aqui o deputado Carlos Pimenta dizer quem são esses criminosos que as nossas polícias têm de enfrentar.



São esses que estão lá no Espírito Santo, são aqueles que degolaram os seus colegas de prisão lá no Amazonas, degolaram outros em Natal. Querem colocar essas pessoas com tornozeleiras na rua para o seu filho, a sua filha ou você encontrá-los. Treinaram muito, dão muita entrevista, falam muito, mas não sabem jogar, não sabem administrar.

Com muito prazer, concedo aparte ao deputado Antônio Jorge, abalizado porque participou de gestão. Queria parabenizá-lo porque, quando tivemos qualquer início da febre amarela em Minas Gerais, como secretário de Saúde, ele estava presente, bloqueando aquele início.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Deputado João Leite, muito obrigado pelo aparte. Queria cumprimentar os nossos colegas e os que nos acompanham pela TV Assembleia. Primeiro queria dizer que concordo na literalidade com V. Exa., porque muitas expressões vão se tornando usuais. É apagão na gestão, desgoverno, e a verdade é que a metáfora utilizada agora se encaixou perfeitamente.

A impressão que temos é que o governo não sabe o que fazer com o governo. A verdade é essa. E o governo só percebe o passado republicano... Porque sempre digo, deputado João Leite, que nenhum governo resolve tudo durante o seu mandato. Os desafios da Nação e do Estado são imensos. A República tem suas imperfeições, então não há de se condenar, *a priori*, um governo que não consegue, ao fim, ao cabo, tornar a nossa realidade maravilhosa. É preciso que o governo reconheça o acúmulo dos trabalhadores da saúde e da educação, todo aquele contínuo do passado, que é um ativo.

Sabem o que o governo faz com os ativos existentes nas várias políticas setoriais? Ele só percebe esse ativo como tal para criticar o passado, um ativo para fazer política olhando para trás. É impressionante como o governo não tem aptidão para governar. A realidade dada, imperfeita, com seus defeitos, mas com muitos acúmulos de benefícios para a sociedade alcançados em todos os anos de construção da nossa Minas Gerais, só importa para dizerem que o governo começou há dois anos, que o PT acha que o passado não importa.

V. Exa. cita a questão da febre amarela. Hoje entramos com um requerimento para criação de uma comissão especial. Por quê? A tragédia da Samarco, em que precisa ser insistentemente perseguida a punição, a responsabilização e principalmente a correção do que aconteceu, vitimou 19 pessoas – vamos reduzir a questão para aquilo que é mais crítico, que são as vidas. Já tivemos, nesse surto, até agora, 60 óbitos, 800 casos e 170 óbitos em investigação. É uma verdadeira tragédia. E o governo é responsável? É difícil dizer, pois há tantas variáveis, mas pode ser. E nós, desta Casa do Povo, temos a obrigação de fiscalizar e apurar.

Por isso, de antemão, peço a todos os pares a sintonia, sem visão menor, e digo que temos de apurar esse episódio. V. Exa. cita, e é verdade: o vírus é endêmico na área silvestre entre os macacos; é o nosso evento sentinela. Quando aparece um macaco morto, o que a vigilância faz? Vai lá na região e faz um cinturão de vacinações. E parece que isso não foi feito. Morreram muitos macacos na região de Caratinga, e parece que a vacinação foi muito aquém. Se isso foi verdade, é preciso apurar a responsabilidade e ter procedimentos corretivos para que não aconteça novamente, deputado Mourão.

Desculpe-me o longo aparte. V. Exa. está de parabéns pelo brilhantismo do raciocínio, como sempre.

O deputado João Leite* – V. Exa. é que traz brilho ao meu pronunciamento. Queria lamentar também, porque o que chega ao meu gabinete agora – talvez V. Exa. tenha como descobrir isso melhor – é uma perseguição atroz contra os servidores da saúde, várias punições, perseguição. Esse é outro traço deste governo que treinou, treinou, mas não sabe jogar, não sabe quando coloca a chuteira e, como dizíamos no meu tempo, Coronel Piccinini, fica fiado.

Botar 20 mil tornozeleiras em criminosos e soltar na rua, Coronel Piccinini? Quem quer fazer parte disso? Quem vai tomar conta de 20 mil criminosos na rua com tornozeleira? Alguns traficantes vão montar banquinhas e traficar. Que controle tem isso?

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Meu caro João Leite, que notícia triste! A administração petista quer reduzir despesas do presídio. Algum petista teve a brilhante ideia de soltar os presos para reduzir as despesas. Meu Deus do céu! Este governo é um governo esquisito.

Ontem assisti à entrevista da D. Macaé Evaristo, uma senhora humilde, carismática, simpática e tranquila. Tão tranquila que estava no 13º andar de um prédio quando o prédio começou a pegar fogo. O fogo já estava entrando no 12º andar, e ela falava assim: “Aqui não tem incêndio”. O Eucatex da sala dela já estava empretejando, e ela dizia naquela tranquilidade: “A designação dos professores está normal, está tranquila”. E o fogo chegando.

Sei que no manual petista, no art. 1.523, todo petista tem de saber mentir, e mentir até que a mentira se torne verdade. Rapaz, que bagunça foi essa designação, que confusão! Pegaram a professora que morava perto da escola e a colocaram para dar aula a 20km. Que *software* da incompetência! Se Minas tivesse governador, esse governador teria dado um esfregão na D. Macaé, como sua secretária, perguntando-lhe: “O que a senhora arrumou? A senhora foi tirar férias na hora de um processo novo desse, no ano em que ia mudar a designação de milhares e milhares de professores?”. Que brincadeira é essa? Que prejuízo. As aulas até a 5ª série não começaram na época, já ficaram atrasadas por causa dessa designação. Que confusão para os professores! Que *software* furado, inconsistente, bagunçado, que estressou, desorientou, perturbou e desmotivou toda a Secretaria de Estado de Minas Gerais com seus profissionais que estavam em busca de um trabalho para os mineiros! Que confusão na vida dessas pessoas! É a confusão petista, é a incompetência petista, é o *software* furado do PT para fazer uma coisa que vai ser muito boa, desde que esteja lá a previsão de onde a pessoa mora e de onde fica a escola mais próxima. É preciso contratar gente que entenda de *software*, D. Macaé, para fazer *software*. Se na Prodemge não há, a senhora traga de fora, porque é preciso fazer um *software* que leve em conta a localização da moradia da professora, a localização da escola.

É preciso respeitar todas as resoluções e toda a legislação da educação, que é extensa e complexa. Isso tudo tem de estar no fluxograma e na consistência do programa para não haver erro. Foi um fracasso essa designação, um caos, e ela dizia: “Não, está tudo bem”. O fogo já estava no 13º andar, pegando atrás do Eucatex da sala dela, e ela dando a entrevista tranquila: “Nada aconteceu”. E ela ainda é carismática, simpática e boazinha. Ela é uma senhora negra, muito educada e fina. Nunca estive com ela pessoalmente. Ela é muito educada e fina, mas que vergonha! Que incompetência!

Está lá no art. 1.513, do PT: “minta, minta, minta”. Conte uma mentira mil vezes e ela se tornará verdade. Foi isso que eu vi. Que fracasso foi essa designação, que estresse, que desrespeito aos profissionais da educação, que vergonha, que bagunça na Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais! Nota zero para vocês que fizeram isso, que prejudicaram os professores mineiros em todo o Estado. É uma vergonha! Esse é o meu protesto.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Felipe Attiê. Ficamos abismados com essa incompetência, mas é o que falamos: era muito fácil antigamente fazer críticas à educação, fazer críticas dizendo que o governo anterior do PSDB, do PT, do Democratas, do PTB não estavam indo bem.

Eles não conseguem fazer a designação. Meu celular não para de chamar; são professores pedindo ajuda à oposição.

Para encerrar, pergunto: e a questão penitenciária? Que desastre! Ficaram prontas cinco PPPs, e bastava eles realizarem, fazerem. Alegam que isso está errado, mas hoje as PPPs de Minas Gerais são modelo para o Brasil, estão sendo copiadas. E eles queriam fechá-las, sem criar uma vaga durante todo esse tempo. É a mesma incompetência do governo federal: 13 anos sem repassar recursos para a construção de novas penitenciárias. A estrutura que está aí foi feita pelo governo passado, pois o do PT não criou sequer uma vaga; agora quer soltar criminosos com tornozeleiras, mas não vamos aceitar isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, ilustre deputado Inácio Franco, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos visita nas galerias, público que nos acompanha pela TV Assembleia, estamos aqui, hoje, deputado Coronel Piccinini, diante de uma notícia trágica para os mineiros: o governador do Estado encontrou uma solução mágica para resolver o problema carcerário em Minas Gerais, ilustre Prof. Bonifácio Mourão. Mas é assim mesmo, é o jeito PT de governar. E o senhor, deputado Coronel



Piccinini, vai se acostumando com as falácias e mentiras deste governo, ou melhor, deste desgoverno, pois não há que se falar em administração pública.

Deparamo hoje com as seguintes manchetes: no jornal *Estado de Minas*: “Tornezeiras para aliviar presídios”; no jornal *O Tempo*: “Conselho quer presos na rua”. Lendo essas matérias nos jornais *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Hoje em Dia*, ficamos sabendo que eles querem arrumar 20 mil vagas no sistema prisional pegando os presos, colocando neles tornozeiras eletrônicas e colocando-os na rua.

Lembro-me, deputado João Leite, da única vez em que o então secretário de Defesa Social, Bernardo Santana, esteve na Comissão de Segurança Pública, que eu presidía e da qual V. Exa. era o vice-presidente. Começava a haver os primeiros problemas na Seplan, deputado Coronel Piccinini, em maio de 2015. As viaturas da Polícia Militar, Prof. Bonifácio Mourão, estavam ficando 10, 15, 20, 30 horas em uma ocorrência. Deparamo com uma que ficou 42 horas parada na Seplan, aguardando uma vaga do sistema prisional para o delegado de polícia receber o preso. Imagine o senhor, a senhora, o trabalhador, o pagador de impostos que está nos acompanhando pela TV Assembleia. Ora, nossa providência foi chamar o secretário à comissão para prestar os devidos esclarecimentos, dizer por que uma viatura da Polícia Militar estava parada durante 42 horas. Detalhe: os policiais estavam em péssimas condições de trabalho. Dentro da viatura, como iam dormir, descansar? O preso estava algemado, também em péssimas condições. O delegado não recebia, o flagrante não era ratificado, e o cidadão, que paga o imposto, trabalha, levanta cedo, quer ver o poder público funcionar – ele até paga o imposto satisfeito, mas quer ver o serviço ser prestado. É assim que todo cidadão pensa, pois, em qualquer país do mundo, temos que pagar imposto, mas queremos ver o serviço prestado.

Após a visita ao secretário, ele, com toda a pompa, disse que já tinha conversado com o governador Fernando Pimentel, do PT, e que ele tinha autorizado a abertura de 4 mil vagas em seis meses.

Deputado João Leite, não foi por acaso que determinei à nossa consultoria que sempre fizesse relatórios de audiências públicas ou visitas técnicas da comissão. Coronel Piccinini, depois apresentarei ao senhor o relatório da visita do secretário. Passados seis meses, nenhuma vaga foi aberta no sistema prisional; passado um ano, passados dois anos e 1 mês, ou seja, 25 meses dessa desastrosa administração petista, nenhuma vaga foi criada. Hoje, deparamo com o maior escândalo que eu já vi na segurança pública, Coronel Piccinini. Eles querem matar o cidadão de raiva; querem fazer com que a nossa família se desespere; querem colocar tornozeira em 20 mil presos e mandá-los para a rua.

Este deputado e o deputado João Leite tivemos a felicidade, como sempre muito antenados, de visitar a central onde fica o controle das tornozeiras, e começamos a entender melhor a situação. Havia juiz concedendo tornozeira para traficante. Comentei com o deputado Antônio Jorge, que é civil, ligado à área da medicina, e imediatamente ele captou a mensagem. Então, colocaram o preso para fazer *delivery* de droga. Sim. Traficante, homicida e esturador usando tornozeira, deputado João Leite! Agora, imaginem: o governo do Estado trabalha com o Conselho Penitenciário para colocar 20 mil presos fora e resolver o problema carcerário. Olha, Sr. Governador, será que o senhor está preocupado com quando for preso? O senhor e a sua quadrilha que o cerca aí no Palácio da Liberdade, no Palácio Tiradentes? Tanto o governador como vários assessores que estão próximos dele serão presos. Será que ele já quer adotar esse sistema para utilizá-lo?

Hoje, Prof. Bonifácio Mourão, se V. Exa., o senhor e a senhora que estão nos acompanhando pela TV Assembleia entrarem no site da *Folha de S. Paulo* e do *Estadão*, verão que o Eike Batista, bilionário brasileiro, está preso. Curiosamente, eu estive olhando os crimes que ele cometeu para estar preso preventivamente: lavagem de dinheiro, corrupção e participação em organização criminosa. São os mesmos crimes pelos quais o governador foi denunciado. Então, talvez ele esteja antecipando a sua condição, porque será preso, e queira também utilizar uma tornozeira eletrônica.

Isso é vergonhoso! O cidadão de Minas Gerais tem de reagir, a classe política tem de reagir. Nós não podemos aceitar e ver solucionarem um problema carcerário colocando tornozeira em presos perigosos. As famílias mineiras não aceitam isso. As Polícias



Civil e Militar e o sistema prisional não aceitam isso. Este governador precisa criar vergonha na cara e começar a fazer a coisa de forma séria, e não irresponsável como está fazendo. Concedo aparte ao ilustre deputado Prof. Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, enquanto V. Exa. falava, eu meditava. A tornozeleira mecânica, como o próprio nome indica, é para os tornozelos. Ela não é atada ao cérebro nem ao coração. Entre essas 20 mil pessoas, há homicidas, ladrões, traficantes de droga e assim por diante. A cabeça e o coração deles continuam os mesmos. As tornozeleiras não impedirão que eles usem celular para traficar; não impedirão que eles reúnam novamente a sua quadrilha para cometer novos assaltos; não impedirão que eles pratiquem novos homicídios por encomenda. Então, eu pensava o seguinte: já que vão liberar 20 mil pessoas só com tornozeleira mecânica, será que ela vai acompanhar os seus passos? Será que a sociedade ficará segura em razão disso? A meu ver, deputado Sargento Rodrigues, caberia até um estudo de ação popular da própria sociedade ou uma ação civil pública por parte do Ministério Público em defesa da segurança da sociedade numa situação dessas.

Ao mesmo tempo, deputado Sargento Rodrigues, dentro do tema que V. Exa. está abordando, vemos a situação do Espírito Santo, que preocupa a todos.

Estamos vendo lá uma situação lastimável por falta de segurança pública. Ao mesmo tempo, isso nos faz lembrar e sentir saudade do governo do honrado senador Antônio Augusto Anastasia, que deu melhores condições de trabalho e melhores salários para a polícia de Minas Gerais. Em razão disso, não garantiu a segurança de todos, mas, pelo menos, deu uma colaboração razoável para isso.

Então, nós, a essa altura, estamos vendo o tratamento que o governo Pimentel dá à segurança pública em Minas Gerais e a liberdade que quer dar a 20 mil presos, só porque não tomou a iniciativa, como tomaram Aécio Neves e Anastasia, de construir novos presídios e levar uma educação melhor e melhores condições de segurança a Minas Gerais. Em função disso, acha que tem de liberar, como único recurso, 20 mil criminosos, a maioria perigosos, para conviverem de novo com a sociedade, fugindo completamente do objetivo da pena, que é buscar a recuperação do cidadão. Ao contrário, está beneficiando, com esse ato, o cidadão que ofendeu gravemente a sociedade com o crime que cometeu.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço ao nosso professor Bonifácio Mourão, mas gostaria de fazer um alerta à turma dos esquerdopatas, principalmente eles, que têm um pensamento muito humanista, um humanismo exacerbado. Está na hora de eles pegarem os presos, levá-los para casa e cuidar deles. Está na hora! Quando a polícia dá qualquer beliscão em preso, a turma dos esquerdopatas já vem crucificando os policiais.

Com todo o respeito que tenho pelo desembargador Alexandre Victor de Carvalho, presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais, está na hora de termos essa visão diferenciada. Qualquer um dos senhores e das senhoras sabe disso. Não precisa ser bacharel em direito, advogado nem criminólogo, basta dar uma olhadinha na Lei nº 7.210/1984, a Lei de Execução Penal, para saber qual é o primeiro objetivo da pena. Deputado Carlos Pimenta, o primeiro objetivo não é a recuperação do preso, mas, sim, puni-lo; isso porque o cara cometeu estupro, latrocínio, homicídio. Não pode entrar na penitenciária dizendo que quer se recuperar. Espere: primeiro ele tem de pagar.

Não é à toa que a etimologia, a raiz do termo “penitenciária” vem de “penitência”. É preciso que ele pague primeiro a penitência, cumpra uma parte da pena para, depois, discutir outros aspectos, como ressocialização, verificando como foi o comportamento carcerário. Mas, no Brasil, os esquerdopatas conseguiram impregnar na cabeça das pessoas que o preso primeiro tem de se recuperar. Não, primeiro o preso paga a pena, cumpre cadeia, fica encarcerado, isolado, segregado da sociedade para, depois, conforme o comportamento, ser aplicada a Lei de Execução Penal. Mas, no Brasil, os esquerdopatas impregnaram as pessoas. É por isso que há pessoas pensando isso.

Eu e o deputado João Leite estivemos na central de monitoramento das tornozeleiras. Naquela época, no início de 2015, já tínhamos essa preocupação, pois estavam colocando tornozeleira em estuprador, em traficante. Como dizia aqui o deputado Antônio



Jorge: “Então, ficou fácil demais, não é, deputado Sargento Rodrigues? Libera-se o traficante, que pega o celular e continua traficando. Os aviõezinhos entram na casa dele e recebem. Quando é questionado, diz que está com torção, liberado pelo Estado, que o liberou para traficar”. Tenha a santa paciência! Quer falar em liberar?”

Quem está por trás dessa empresa de torções? Será que há algum peixe grande por trás dela? Tenha a santa paciência! O cidadão não está aguentando mais. Ora é uma carga tributária altíssima, ora é um governo pífilo, falido, sem dizer que é um governo corrupto.

Deputado João Leite, não sei se V. Exa. estava aqui ontem. Vi um deputado aqui, João Leite, vir à tribuna dizer que vergonha é um governador que deixou os professores sem merenda escolar, sem alimentação. Hoje, por coincidência e ironia do destino, é publicada uma resolução em que ele mantém o auxílio-alimentação para todos os servidores públicos do Estado, menos para os policiais civis, militares e bombeiros, deputado Coronel Piccinini.

Este é o governador do Estado. Este é o governador que está pouco se lixando para a segurança pública. É o governador que há 13 meses parcela o salário de 157 mil servidores; desses, 120 mil da segurança pública. É uma vergonha esse governador vir a público dizer que não construiu uma única vaga no sistema prisional e querer resolver isso soltando 15, 20 mil presos. Solte. Sabem por que o governador manda soltar? Porque ele, além de ter dois helicópteros e três aviões à sua disposição, tem um gabinete militar chefiado por um coronel e seguranças. Seu ajudante de ordem é um capitão, é um tenente-coronel, é um major. Está cheio de sargentos protegendo ele. Portanto, ele pode soltar os presos. Não há problema nenhum, o governador não será vítima, só se for um ato de terrorismo, caso contrário ninguém chegará perto dele ou de outra autoridade.

Infelizmente, esse é o governo de Minas. É o governo que quer soltar 20 mil presos para liberar vaga no sistema prisional. É uma vergonha! Não há outra palavra: um lixo de governo, um lixo de administração pública. É uma vergonha esse governador.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, ontem fiz um pronunciamento na expectativa de que esta Casa, nessa nova fase da legislatura, fosse mais propositiva. Penso que essa não é a intenção da oposição. Parece que o mesmo mi-mi-mi que vimos no último ano vai continuar aqui por um bom tempo. Quero dar as boas-vindas ao Coronel Piccinini, deputado que está assumindo o mandato e que atentamente tem acompanhando os discursos dos colegas. Coronel, quero dialogar um pouco com o senhor, até porque, terminando meu mandato como presidente da Comissão de Direitos Humanos, acho que temos de estabelecer alguns limites, inclusive o da razão.

O parlamentar usa o microfone e diz o seguinte: “A base e o governo querem desprezar tudo que foi feito no passado”. Mas eles não querem que falemos da herança que recebemos. Eles dizem que não conseguimos caminhar para frente, para o futuro, mas não fazem um debate propositivo. Tanto é que o único momento nesses dois anos em que a oposição veio à tribuna para debater problemas na educação está relacionado a um sistema de designação – volto a dizer, que pode ter problemas, que chamamos de residuais, mas que torna o processo mais democrático, mais transparente –, porque não conseguem dizer outra coisa. Temos de olhar para trás para saber onde estávamos, onde estamos e onde queremos chegar. Na educação, muito mal. Já repeti na tribuna, várias vezes, que deixaram mais de 60% das escolas sem laboratório, 50% sem quadra, 40% sem biblioteca, sem refeitório, sem dizer da condição dos professores, que não recebiam o piso e não tinham sequer um acordo sinalizado. Vivemos as maiores greves da história da educação em Minas Gerais. Até aqui não houve nenhum dia de greve no governo Pimentel, mesmo com a complexidade dos problemas que este governo assumiu. Volto a falar: déficit zero, choque de gestão significaram entregar o governo para o governador Fernando Pimentel com déficit de mais de R\$7.000.000.000,00.

Acho engraçado que, às vezes, escuto a oposição dizer dos problemas que o Estado viveu, como o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, e o problema da febre amarela que estamos enfrentando. Dá a impressão de que falam quase que em um



tom de alegria. Toda a desgraça que puder acontecer é para prejudicar o governador Fernando Pimentel, e não se importam com as vidas relacionadas.

Se um problema de febre amarela perturba as pessoas, se prejudica, não é diferente quando o governo de Minas Gerais não tem o cuidado com seu estoque de medicamentos – tivemos de ver 40 toneladas de medicamentos sendo incinerados. Quantas pessoas não precisavam desses medicamentos? E não houve choque de gestão, não houve gestão; déficit zero. Que grande piada! Acho isso tudo uma grande piada. E eles insistem em dizer isso.

O ex-governador Aécio Neves, senador por Minas Gerais, que, parece-me, já foi delatado em torno de seis vezes, teria recebido 3% de propina na construção da Cidade Administrativa – queridinho de muitos colegas parlamentares, não é verdade? –, não é citado. Ora, se o governador Fernando Pimentel tem culpa – ainda que não tenha sido julgado, apenas se tornou delatado –, não menos delatado é o Aécio Neves. E eles não dizem nada. Ele é senador por Minas, exerce o mandato. Será que vão desejar a prisão de Aécio, assim como estão desejando a prisão de Fernando Pimentel, porque são regidos por uma regra clara de coerência? Estufam o peito, cheios de razão e de coragem aqui na tribuna. Fico lá do fundo observando e abismado de ver.

Quero continuar dizendo que temos de olhar para trás para saber a situação em que pegamos o Estado e como vamos deixá-lo. Nesta casa, Coronel, comemoramos, porque foi votado por unanimidade, volto a dizer, esse acordo histórico com os professores de Minas Gerais – foi um acordo histórico comemorado por todos nós, da base da oposição, e sancionado pelo governador.

O que quero dizer é o seguinte: a oposição sobe à tribuna para falar do sistema de designação de professor, sistema que ainda é necessário. Sabe por quê, Coronel? Porque eles não fizeram convocação dos concursados no passado. Dois terços de todo o quadro da educação era de designados e de contratados, uma situação precária. O governador Pimentel convocou os concursados de 2011, convocou os de 2014; já convocou dezenas de milhares de professores, o que vai diminuir o impacto e a necessidade das designações.

Então, é uma oposição que não se preocupou com a merenda dos professores, que não se preocupou com o sucateamento das escolas, que não se preocupou com o piso e está tão preocupada com o sistema de designação agora. Uma oposição que foi responsável pela Lei nº 100 – e sabemos das consequências dela até hoje para os professores, que tinham esperança de ter sua estabilidade garantida. E foram além: mandaram carta para os professores dizendo: “Não precisam fazer o concurso, porque está garantida a estabilidade de vocês”. Onde estão esses professores? Na rua. Ainda conseguimos diminuir os impactos. Por exemplo, conseguimos manter o vínculo de cerca de 8 mil adoentados, por causa dessa condição, para que o Estado não os deixasse desamparados. Conseguimos, e isso eles não dizem, isso eles não sobem à tribuna para dizer.

É evidente que temos problemas na segurança, que temos problemas no sistema prisional. Isso não é novo. Quando dizem que deixaram três, quatro PPPs preparadas, deixaram, na verdade, burocracia pronta, mas não deixaram presídio construído. Não sei, Coronel, se vai ser sempre a saída para se resolver o problema do sistema prisional a construção de mais cadeias. Estou chegando à conclusão de que vamos construir mais mil e vamos encher mil; que vamos construir 5 mil e vamos encher 5 mil; que vamos construir 10 mil e vamos encher 10 mil. Por quê? Porque estamos atacando o criminoso, e não a criminalidade; estamos agindo nas consequências, mas não agimos nas causas. Sabem o que seria uma sociedade civilizada? Falarmos que hoje temos no sistema penitenciário 50 mil e que, no mês que vem, cairemos para 49 mil; no outro, para 48 mil; no outro, para 30 mil. Não porque a polícia não prende, não porque o juiz não julga e não põe na cadeia, mas porque a sociedade está sendo menos estimulada a cometer crime, porque teremos eficiência nas políticas de inclusão e de prevenção à criminalidade. Caso contrário, se forem construídos mais 100 presídios, vamos encher os 100 presídios. E vou dizer uma coisa: mais 100 presídios no modelo que temos hoje são lixo, não prestam, são faculdade de criminoso.

Olhem o que está acontecendo Brasil afora. Se não tivermos um novo modelo, até do sistema penitenciário, apenas dizer que se está construindo, arrumando mais vagas não é suficiente. Vamos dizer mais: creio que é subestimar nosso Poder Judiciário e o



Ministério Público dizer que vão pegar presos de alta periculosidade, assassinos, traficantes e colocar tornozeleiras neles, que vão soltá-los. Quando falamos em cadeia, todo mundo acha que lá só há estuprador, traficante, homicida.

Existem outras naturezas de crime. Se o Aécio Neves for para a cadeia pelos crimes pelos quais poderá responder, irá enquadrar-se em outra natureza de criminoso. Se achamos que todos que estão nos presídios são irrecuperáveis, e que a natureza do ato é somente de alta periculosidade, estamos “no vinagre”, porque precisamos lembrar que no sistema penitenciário quase a metade ou 1/3 dos presos compõe-se de presos provisórios, que ainda não têm condenação. Eu não sei se esses presos que são chamados de provisórios, de baixa periculosidade, de réus primários precisam superlotar o sistema penitenciário. Na verdade, esses presos saem de lá mais treinados para o crime. Isso acontece porque lá dentro perguntam a ele: “A família vai bem lá fora? Para cuidarmos da família lá fora, precisamos da sua ajuda aqui dentro. Você sabe que aqui temos grupos. Você quer a nossa proteção?” Aí, começa-se a recrutar. O cara entra lá por causa de um crime leve, brando, e se torna um criminoso em potencial, de maior periculosidade. É por isso que todos os dados e estudos mostram que 70% das pessoas que passaram pelo sistema prisional, por esse modelo, voltam a rescindir. Ele realmente não funciona.

Precisamos pensar em maneiras de dispormos de vagas nos presídios sem que, necessariamente, seja a construção. As tornozeleiras e as medidas alternativas são uma saída – penso que é possível. Sem dizer, Doutor Wilson Batista, que há também outro elemento. Eu, na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos, sempre faço um trabalho com a Defensoria, que, vira e mexe, faz mutirões. O próprio Judiciário já fez os seus mutirões, porque há muita gente dentro da cadeia que não precisava estar lá mais, pois já cumpriu a sua pena. Então, é tudo isso que precisamos fazer, mas não é simples.

É muito fácil vir à tribuna e dizer de forma simplista: “Não construí cadeia, por isso está aí o problema, coisa e tal...”. Não é tão simples assim. Isso é banalização do debate sobre a segurança pública e o sistema prisional. Então, quero fazer aqui essas ponderações.

A oposição diz que o governo é inerte ou que não funciona. Aqui o copo sempre está meio vazio para alguns. (– Lê:) “Dia 8/2/2017, Teófilo Ottoni – Governo de Minas faz a entrega de 30 viaturas para a Polícia Militar. Secretarias de Educação e de Esportes assinaram acordo de cooperação para a execução do programa Minas Esportiva, que vai atender 200 municípios. PlugMinas, inscrições abertas de módulos de curso. Valores de Minas: qualificação, formação, mais de 570 vagas distribuídas em várias áreas. Minas deve colher safra recorde de 13,8 milhões de toneladas de grãos para o período de 2016-2017. O governo Fernando Pimentel entregou nesta sexta-feira, 3/2/2017, 448 kits de instrumentos musicais destinados a 85 bandas de 74 municípios.” A lista continua.

Não estou entendendo; as coisas estão acontecendo em maior ou em menor escala, mas estão acontecendo. Está acontecendo também a recuperação de rodovias. Para V. Exa. ter uma ideia, só o DER tem um contrato de manutenção das estradas de cerca de R\$250.000.000,00. É evidente que, em período em chuva, uma estrada ou outra vai apresentar problema, mas, uma vez acionado, manda uma equipe para fazer a recuperação.

Vejam as coisas que listei e que têm acontecido no nosso governo. Estou falando de um governo que pegou déficit, crise econômica, crise política. Esse é o cenário. Ele não pegou uma maré boa como quando o PSDB governou, em que a economia estava bombando, e o presidente Lula foi muito republicano – sabemos disso – na relação com o ex-governador Aécio Neves. Na época, não faltou recurso para Minas Gerais. Então, tínhamos recurso. O governador Fernando Pimentel está atravessando o deserto. Na minha opinião, mesmo com todos os problemas que sabemos que Minas Gerais tem, ele está cumprindo, está conseguindo atravessar o deserto. Dizem que o Pimentel não gosta dos policiais militares e que está parcelando o salário deles. Ele está parcelando o salário, mas paga dentro do mês. Perguntem como está no Rio de Janeiro, que é um estado rico, produtor de petróleo. Só a cidade de Campos tem mais *royalties* de petróleo do que o que Minas Gerais ganha com o minério. Penso que estamos fazendo o nosso dever de casa, com muitas dificuldades, mas sabemos dos desafios e vamos continuar trabalhando. Dr. Jean, concedo um aparte a V. Exa.



O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Deputado Cristiano, primeiramente gostaria de parabenizá-lo pela sua fala. V. Exa é um deputado atuante nesta Casa.

Para complementar a sua lista, vou dar o testemunho da região de onde venho, a que menos se desenvolve neste estado, o Vale do Jequitinhonha.

Quantas vezes vocês me viram usar esta tribuna para falar de uma estrada, uma LMG histórica, para a qual outros governos não olharam, na qual eu passo duas vezes por semana? E gostaria de acrescentar à sua lista mais uma ação do nosso governador. Na LMG, historicamente largada, as máquinas já estão iniciando os trabalhos. Quando passo lá, às segundas-feiras e às sextas-feiras, vejo os trabalhos sendo feitos. Parafraseando nosso grande companheiro, nunca na história deste estado um governador foi tanto ao interior e às regiões mais necessitadas. Não simplesmente para levar nada, mas para anunciar obras, dialogar e escutar as pessoas. É uma grande obra para o Vale do Jequitinhonha. O nosso governador, no dia 21 de dezembro, assinou a ordem de trabalho, e as máquinas já estão lá executando o serviço.

É evidente que temos problemas, não estamos dizendo que não os temos. Mas não é simples. Como V. Exa. disse, alguns chegam pensando que é simples e que vão resolver o problema da noite para o dia. V. Exa. é sabedor, todo mineiro é sabedor de como este estado foi recebido. Gostaria de parabenizá-lo e parabenizar também o nosso governador pelo esforço que está fazendo em um momento de crise e por estar conseguindo fazer essas obras. Muito obrigado.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Para concluir, digo aos profissionais da segurança que este governo tem compromisso. Recentemente, foi feita a convocação dos concursados para o cargo de perito criminal da Polícia Civil; a convocação dos investigadores da Polícia Civil; e a formação de policiais militares.

Quero agradecer ao governador Fernando Pimentel, que recentemente criou mais três Colégios Tiradentes, sendo um na minha cidade, cujas aulas começaram nesta semana, com um trabalho muito bem-feito de toda equipe do batalhão da polícia da minha cidade. Sabemos que o Colégio Tiradentes atende os filhos dos militares com uma educação de qualidade, e o governador Pimentel criou mais três colégios agora, e na minha cidade esse colégio já está em funcionamento. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Presidente, deputados e deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Ontem não foi possível falar, pela ordem dos trabalhos, mas alguns assuntos relacionados ao governo de Minas foram levantados, sendo que hoje alguns já foram abordados pelo deputado Cristiano Silveira, mas eu gostaria de reiterá-los.

Um mais tópico, e importante, sim, que é referente ao processo de designação. Primeiramente, respeitamos muito os deputados da base e da oposição. Questões que precisam ser aperfeiçoadas devem sê-lo, e o trabalho do parlamentar é exatamente expressar críticas, opiniões e sugestões da população. É inegável que nesse processo que buscou maior transparência, agilidade e aperfeiçoamento ocorrem problemas. Isso faz parte da gestão pública, do nosso trabalho, faz parte da vida do ser humano. O importante é que há um esforço do governo, já em curso, para equacionar os desafios do processo, e o direito dos professores e os critérios de designação serão respeitados. Todos os trabalhadores da educação que se sentirem lesados em função de necessidades de ajustes nesse processo serão atendidos. Essa é uma questão básica. O equívoco político, a meu ver, é julgar todo o desempenho de uma política pública nesses dois anos em função desse processo.

Acredito que nem a população nem os trabalhadores da educação e principalmente a comunidade escolar vão concordar que um episódio tópico comprometa os inegáveis avanços do governo Pimentel sob o comando da competente Macaé, secretária de Estado de Educação. Vamos ficar no básico, Doutor Jean, que é o piso nacional do magistério, uma luta histórica e uma conquista dos trabalhadores em curso no Estado de Minas Gerais, uma das primeiras ações do governo Pimentel. Não se faz política pública de qualidade sem a valorização dos trabalhadores da educação, com greves legítimas, subsequentes, em função do descumprimento do

piso nacional, o que ocorria no governo anterior. A situação objetiva das escolas, a materialidade, os espaços físicos... E está em curso um programa de revitalização, de requalificação dos espaços escolares.

Não se faz política pública de educação sem conteúdo pedagógico que transforme a escola num espaço de cidadania, de emancipação e de protagonismo da criança e do jovem. E isso está sendo feito. Eu poderia falar do ensino médio, do esforço da Secretaria de Educação para resgatar aqueles jovens que evadiram. Um dos maiores desafios que tem a ver com a dignidade dos jovens é exatamente enfrentarmos a evasão escolar no ensino médio, que é altíssima no País e também é alta em Minas Gerais. Quase metade daqueles que ingressam no sistema de educação não completam o ensino médio. Há centenas de milhares de jovens em idade escolar que não estão na série adequada do ensino médio. A evasão escolar, associada a não profissionalização, gera o subemprego, gera a cooptação desses jovens para o tráfico de drogas, para o mundo da criminalidade. A Secretaria de Estado de Educação fez um trabalho importante nas escolas, nas regiões, nas superintendências, de buscar iniciativas para manter esses jovens no ensino médio. O governo está associando o ensino médio à qualificação profissional, às novas perspectivas de inovação tecnológica, de empreendedorismo.

O governo de Minas, por meio da Secretaria de Educação, tem discutido a educação quilombola, a educação indígena, a educação do campo. São inegáveis os avanços! Tentar carimbar uma política pública do atual governo em função de um novo processo que busca ser mais transparente e efetivo é um equívoco político. Acredito que a população não vai cair nessa conversa de comparação de um processo tópico com o desempenho da política pública de educação. A política pública de educação tem desafios maiores que ainda precisam ser enfrentados em Minas e no Brasil, com a universalização do ensino infantil, com projetos pedagógicos mais consistentes, com escolas mais atrativas, com um ensino médio mais associado à profissionalização, com a diminuição dos índices de evasão escolar. Ai, sim, a gente eleva o debate.

Há outro equívoco que aqui ouço – com respeito, registre-se: muitos deputados da oposição querem comparar 12 anos de governo tucano, em maré alta, maré boa, do ponto de vista nacional, com crescimento econômico, com os governos Lula e Dilma tratando Minas Gerais com todo respeito, com transferências regulares de recursos, com dois anos de um governo que pega o Brasil num clima de instabilidade política, recessão econômica e crise fiscal. Todos nós sabemos que a crise econômica diminuiu proporcionalmente a arrecadação nos estados.

Além disso, a recessão aprofunda a necessidade de uma rede de proteção social. Infelizmente, neste momento, o Brasil vai na contramão. Por quê? Porque, no exato momento em que se precisa de uma rede de proteção social mais consolidada, há a aprovação no Congresso de uma proposta de emenda constitucional que congela os investimentos nas chamadas despesas primárias e nas políticas públicas e de investimento.

Então, queria dizer que são comparações que não devem ser feitas. Agora, ainda que sejam feitas – e acho que este é o espaço democrático para fazê-las –, não temos receio. Para não falar de outras áreas, falarei de uma que conheço bem: a área da assistência social, só para ficar no primeiro ano do governo Pimentel, em que tive a honra de ser secretário. O que o Estado faz de mais importante para os municípios é a transferência do recurso da assistência social universal para todos os 853 municípios por meio do Piso Mineiro de Assistência Social. Em 2014, deputado Piccinini, a execução orçamentária do Piso Mineiro da Assistência Social foi de 14%; e, em 2015, foi de 100%. Os 853 municípios de Minas receberam, em 2015, todas as 12 parcelas regularmente durante o ano. Em 2016, esse repasse já enfrentou problema, sim, em razão da arrecadação e da questão fiscal do Estado, que tinha reajustes aprovados e respeitados para a área de educação e de segurança e que, de certa maneira, estrangularam as finanças do Estado.

Vejam bem: 100% em 2015; 14% em 2014. Mas eu poderia falar da capacitação até o fim do governo de mais de 9 mil trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social com o Capacita Suas, programa que hoje está descentralizado em 21 polos em todo o Estado de Minas Gerais. Poderia dizer dos primeiros centros de referência especializados da assistência social – Creas – diretamente geridos pelo Estado no Plano Estadual de Regionalização. A Assembleia deu uma contribuição – inclusive a oposição



aprovou uma lei de regionalização da assistência social em 2015. Já estamos em funcionamento no Mucuri e no Jequitinhonha, nas cidades de Almenara e Águas Formosas. Acredito que o governador deve fazer uma visita em breve. Os dois primeiros centros são diretamente geridos pelo Estado.

Poderia falar de novos programas integrados de combate à pobreza rural, buscando apoiar indígenas, quilombolas, ribeirinhos, acampamentos, pré-assentamentos, assentamentos, que são hoje em grande número e têm o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, também criada aqui por esta Assembleia. Poderia falar de projeto de juventude integrado. E isso num contexto de dificuldade econômica e com dois anos de governo.

O mais importante, pelo menos na minha opinião, primeiro é que a população quer avanços, melhorias e resultados. Ela não quer ficar só comparando Atlético e Cruzeiro, quem fez mais ou menos gol. As pessoas têm direito. Isso não é favor. O que o governo do PSDB fez de bom ou de mal não é favor para ninguém. Nem o nosso governo. É dinheiro com o imposto arrecadado. O importante é que seja bem-feito dentro das possibilidades.

O Doutor Jean Freire lembrou uma intervenção histórica: a ligação asfáltica de Ijicatu até Virgem da Lapa. É uma reivindicação de décadas que está em curso. Tenho certeza de que, se o governo estivesse com o caixa melhor, teríamos também outras ligações realizadas. Então, vivemos hoje um momento de necessidade de equacionamento, de equilíbrio das finanças públicas. Agora, esse equilíbrio tem de ser dosado com o funcionamento das políticas públicas.

Ouvi aqui atentamente os deputados da oposição, mas fiquei pensando: o Brasil hoje vive uma situação de crise. Doutor Jean Freire, o problema dos estados hoje não é parcelamento. Ninguém quer parcelar salário. Na verdade, ninguém gosta de parcelar salário. Governador não fica feliz em parcelar salário, mas está pagando. Há estado em que os funcionários estão há três, quatro meses sem receber o 13º salário, que sequer se cogita pagar. Vejam a situação do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. A Assembleia do Rio está tendo de cortar tudo do servidor.

Na próxima ocasião em que eu subir a esta tribuna, vou fazer um pronunciamento sobre os caminhos do ajuste, Doutor Wilson Batista, como entendo que deva ser, sem penalizar servidor, sem aumentar carga tributária, mas buscando uma maior integração de política pública, uma maior justiça tributária, dentro de uma lógica tributária nacional que não priorize tanto essas desonerações e incentivos que retiram a capacidade de investimento do Estado e que não penalize o servidor, que é a peça-chave na política pública.

Então, é muito importante que a gente possa fazer esse debate, mas que seja um debate propositivo. Agora, aqui ninguém é juiz de ninguém. A base não é juíza da oposição, e a oposição não é juíza da base. Aqui vivemos um espaço de liberdade. Mas acredito que, para o governo avançar, seria bom que também nos aprofundássemos em questões de conteúdo, discutíssemos a qualidade do ensino, a universalização do ensino infantil, a evasão escolar, e não o aperfeiçoamento de um sistema de designação. Aliás, nesse caso, temos de ser solidários e estar ao lado daqueles professores que, porventura, não tiveram seus direitos respeitados.

O ideal de ingresso no serviço público é exatamente o concurso. A designação tem de ser a exceção, e não a regra. Defendo que o Estado brasileiro e o Estado mineiro funcionem assim: com servidores de carreira, valorizados, estimulados. E é esse o rumo que o nosso governo tem adotado nesse ambiente de instabilidade política nacional, de crise e recessão econômica.

Portanto, gostaria de deixar aqui essas palavras. Em outra oportunidade, Sr. Presidente, gostaria de falar, pois temos questões importantes acertadas com alguns líderes, inclusive, da oposição.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/2/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Antonio Carlos Aguiar, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Ouvidor;

exonerando Fernanda Aparecida Corlaiti Cunha, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Maria das Graças Pereira, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

exonerando Viviane de Lima Araújo, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Ailon Luiz Júnior, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

nomeando Bianca Lago de Almeida, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fabiano Tolentino;

nomeando Cleydson Domingues Drumond, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Maria Edvige Mourão Alves de Brito, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Otto Rodrigues da Cunha, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

nomeando Rodrigo Gonçalves Moraes, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

nomeando Vanilda Rodrigues de Castro, padrão VL-48, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

nomeando Vera Lucia Bastos Siqueira, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Wellington de Sena Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Ouvidor.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 11/2/2017, na pág. 31, onde se lê:

“Na data de 6/2/2017”, leia-se:

“Na data de 10/2/2017”.

E onde se lê:

“nomeando Gildete Menezes Pimenta, padrão VL-9, 8 horas”, leia-se:

“nomeando Gildete Menezes Pimenta, padrão VL-12, 6 horas”.